



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANA PAULA FERREIRA OLIVEIRA**

**“SOVIET BECOMES RUSSIA”:** Um estudo  
sobre o legado bélico soviético nos governos  
**Gorbachev e Iéltsin**

JOÃO PESSOA – PB  
2014

**ANA PAULA FERREIRA OLIVEIRA**

**“SOVIET BECOMES RUSSIA”: Um estudo sobre o legado bélico soviético nos governos Gorbachev e Léltsin**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de graduada em Relações Internacionais.

Orientadora: Profª Drª Ana Paula Maielo Silva / UEPB

JOÃO PESSOA – PB  
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48s Oliveira, Ana Paula Ferreira  
"Soviet becomes Russia" [manuscrito] : um estudo sobre o legado bélico soviético nos Governos Gorbachev e Léltsin / Ana Paula Ferreira Oliveira. - 2014.  
63 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. União Soviética. 2. Rússia. 3. Legado bélico. 4. Imagem internacional. I. Título.

21. ed. CDD 341

**ANA PAULA FERREIRA OLIVEIRA**

**Soviet becomes Russia: um estudo sobre o legado bélico soviético  
nos governos Gorbachev e Iéltsin**

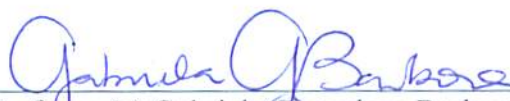
Monografia apresentada ao Curso de Relações  
Internacionais da Universidade Estadual da  
Paraíba.

Aprovado(a) em 01/08/2014.



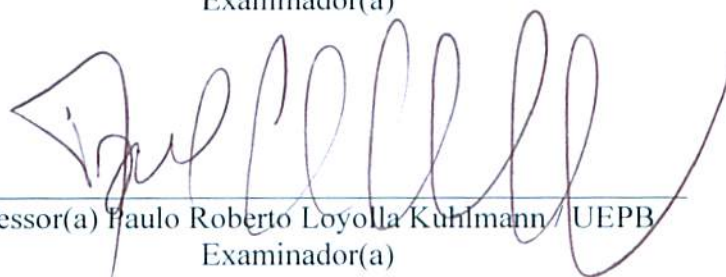
---

Professor(a) Ana Paula Maielo Silva / UEPB  
Orientador(a)



---

Professor(a) Gabriela Gonçalves Barbosa / UEPB  
Examinador(a)



---

Professor(a) Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann / UEPB  
Examinador(a)

## DEDICATÓRIA

Ao Sagrado Coração de Jesus e a Nossa Senhora da Penha, por sua misericórdia e amor infinito, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por seu amor impetuoso e por me guiar nos caminhos de Sua vontade.

À minha família, Maria Alves, Francisco de Assis, André Felipe, Alsilene Alves e Paula Francinete, por seu carinho e confiança.

Ao meu companheiro, Vinicius Kiss, pelo apoio incondicional, pela ajuda e compreensão, durante todos os anos do curso.

Aos professores da graduação, com carinho especial para o professor Elias David, pelo incentivo ao meu potencial acadêmico.

À minha orientadora Ana Paula Maielo, pela paciência e por ter me permitido a honra de seus conselhos.

Aos amigos, Gabrielle, Geórgia, Marina, Daniel, Pedro, Gláucio, Valter, João, Jéssica, Rayssa, Henrique, Filipe e Natália, por todos os momentos de amizade, pelo apoio e compreensão.

A Larry Page, Sergey Brin e Jimmy Wales, por revolucionarem a história da pesquisa acadêmica, sem eles esse trabalho não teria sido possível.

Aos funcionários da UEPB, em especial, Kaline, pela presteza e amizade.

À Senhora da Penha que me guia, dá força e coragem para continuar seguindo meus sonhos.

“Start as you mean to go on.” (Chris Martin)

## RESUMO

A Rússia sempre foi concebida no imaginário popular como uma potência militar cujos poderes remetiam à liderança exercida pela União Soviética na seara de segurança durante o decurso da Guerra Fria. Entretanto sua política doméstica nos primeiros anos de sua independência não correspondia a essa expectativa. Nesse contexto, esse trabalho monográfico tem o intuito de analisar a transição entre a dissolução da União Soviética e a independência russa e o legado bélico que acompanhou essa sucessão a fim de compreender como essa herança foi gerenciada pelos governos de Gorbachev e Léltsin, influenciando na posição e a percepção da Rússia como potência no Sistema Internacional. O trabalho compreenderá, pois, uma análise das políticas de governo de Gorbachev e Léltsin tanto na seara militar, como nas esferas política e econômica, compreendendo seu respectivo impacto na condição de manutenção do legado material e imaterial da potência soviética. Após o levantamento histórico, será possível relacionar, com o auxílio de alguns apontamentos de teoria de Relações Internacionais, a construção da identidade estatal na formação de um poderio imaterial. Introduzir-se-á, também, a influência das políticas econômicas no aspecto de segurança. Dessa maneira, será possível inferir que as políticas de cunho econômico e social desenvolvidas na Rússia entre os anos 1985 e 1999 influíram diretamente na condição e manutenção do poderio militar russo, em razão do seu caráter imediatista e de seu insucesso em impulsionar o desenvolvimento do país. Entretanto, percebe-se que, apesar de sua capacidade efetiva de segurança ter sido abalada, a Rússia conseguiu manter sua imagem e expressão internacional como potência, através da construção de uma identidade estável que escondeu o declínio das forças dessa grande nação.

**PALAVRAS-CHAVE:** União Soviética. Rússia. Legado bélico. Imagem internacional.



## **ABSTRACT**

Russia has always been perceived in the popular imagination as a military force whose powers remitted the leadership practiced by the Soviet Union on the security field during the course of the Cold War. However, its domestic policy in the first years of independence did not meet that expectation. Under that context, this monograph aims to analyze the transition between the dissolution of the Soviet Union and the Russian independence, the warhead legacy that followed this succession and how that inheritance was managed by the governments of Gorbachev and Yeltsin, influencing the position and perception Russia as an international power. This essay will cover, therefore, an analysis of the policies of Gorbachev and Yeltsin both in the military harvest, as in political and economic scopes, including their respective impact on the maintenance condition of the material and nonmaterial heritage of Soviet power. After an historical survey, it will be possible to relate, under the constructivist approach of International Relations, the construction of state identity in the formation of an immaterial power. Also, it will be introduced an analisis of the influence of economic policies on the security aspect. That way, its possible to infer that the policies of economic and social nature developed in Russia between the years 1885 and 1999 directly influenced, because of its immediate character and their failure to boost the country's development, the condition and maintenance of Russian military. However, even when its effective capacity of safety has been shaken, Russia managed to retain its image and international expression as power, by building a stable identity that hid the decline of the forces of this great nation.

**KEYWORDS:** Soviet Union. Russia. Military legacy. International image.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b>	Efeito do acordo START na Redução das Forças Militares (1991) .....	19
-----------------	---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b>	Reservas de armamentos da URSS/Rússia (1949-2002) .....	23
<b>GRÁFICO 2</b>	Evolução do PIB da Rússia (1992-2011) .....	35
<b>GRÁFICO 3</b>	Gasto militar da Rússia (1992-2012) .....	42

## LISTA DE SIGLAS

APC	Armoured Personnel Carrier (Tanque de Transporte Pessoal Blindado)
BMP	Boyevaya Mashina Pekhoty (Tanque-veículo de combate de Infantaria)
BRDM	Boyevaya Razvedyvatelnaya Dozornaya Mashina (Tanque-veículo Armado de Reconhecimento e Patrulha)
CEI	Comunidade de Estados Independentes
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICBM	Intercontinental Ballistic Missile (Mísseis Balísticos Intercontinentais)
INF	Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty (Tratado de Forças Bélicas de Alcance Intermediário)
KGB	Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti (Comitê Estatal de Segurança)
MIRV	Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle (Mísseis Múltiplos Independentemente Guiados)
NRDC	Natural Resources Defense Council (Conselho de Defesa dos Recursos Naturais)
PIB	Produto Interno Bruto
SALT	Strategic Arms Limitation Talks (Acordo sobre Limitação de Armas Estratégicas)
SLBM	Submarine-Launched Ballistic Missile (Mísseis Balísticos Lançados por Submarino)
START	Strategic Arms Reduction Treaty (Tratado de Redução de Armas Estratégicas)
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>1 O Governo Gorbachev e a marginalização da estratégia militar ..</b>	13
1.1 START I, INF e a redução de investimento estratégico .....	19
<b>2 O inventário soviético e o processo de centralização .....</b>	24
<b>3 O Governo léltsin como marco do descaso estratégico .....</b>	35
3.1 O aspecto militar no governo de léltsin .....	38
<b>4 A perspectiva do poder russo no Sistema Internacional .....</b>	46
<b>Considerações finais .....</b>	56
<b>Referências</b> .....	62

## INTRODUÇÃO

Em dezembro de 1991, com a desintegração soviética, a nova Rússia independente tomou mais do que o controle das forças estratégicas nucleares da União Soviética, e herdou a condição de ser portadora de um grande arsenal que até então se encontrava fragmentado entre as outras repúblicas soviéticas.

O processo de centralização que concentrou todo esse poderio bélico nas mãos da Rússia significou mais do que a acumulação de equipamentos militares, mas foi a comprovação de que a Rússia era a herdeira e sucessora natural da potência soviética e, por isso era responsável por preencher seu espaço de força militar e estratégica, através de sua condição de país nuclearizado e detentor de uma cadeira com poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entretanto, a administração desse legado ocorreu de maneira controversa. Desde o último governo soviético, de Mikhail Gorbachev, a valoração do setor econômico dava pistas de que o setor militar não permaneceria como prioridade na política russa. O primeiro governo da Rússia independente, sob a liderança de Bóris Iéltsin, confirmou essa previsão. Acordos de redução de armamentos combinados com o descaso estratégico na doutrina militar e os cortes orçamentários destinados à defesa comprometeram o vigor do legado bélico recebido da União Soviética.

Mesmo nesse contexto, foi possível perceber que a herança imaterial que acompanhou esse espólio militar representou uma grande influência na percepção da Rússia como potência no Sistema Internacional, apesar dos problemas enfrentados na política doméstica. Essa herança imaterial compreende todo o legado impalpável transferido da URSS para a Rússia, compreendendo, em especial, sua percepção no Sistema Internacional como grande potência militar.

Nesse estudo analisaremos como as posturas estratégicas de governo entre os anos de 1985 e 1999 influíram na percepção da Rússia no sistema internacional, indagando qual foi o impacto das políticas socioeconômicas desenvolvidas nos governos Gorbachev e Iéltsin na capacidade militar da Rússia e percepção externa da mesma como grande potência militar.

Através da análise dessa percepção do poderio soviético e, posteriormente, russo, tendo em vista a imagem projetada do país no Sistema Internacional, será

possível, com o auxílio de alguns apontamentos teóricos da vertente construtivista, identificar a importância da formulação de identidade e como a transferência da imagem de potência da União Soviética contribuiu para a estabilidade internacional da Rússia. É importante ressaltar que este trabalho não se propõe, por agora, a fazer uma análise teórica do fato estudado, mas apenas a recolher alguns subsídios adequados para melhor esclarecer a construção de imagem do Estado no caso em estudo.

Desta forma, este trabalho pretende analisar como a tomada de políticas de reestruturação econômica e social conduziu a Rússia a um lugar peculiar no Sistema Internacional, entre a posse de armamentos e a vantagem imaterial herdada, entendendo ainda, o constrangimento de uma política doméstica falha com relação à sua expressão econômica, seu desenvolvimento e sua situação interna.

Essa análise será feita através do levantamento dos principais aspectos dos governos de Gorbachev e de Léltsin, bem como do período de centralização do legado soviético. Por fim, poder-se-á estabelecer como esses fatores conjugam para a posição da Rússia no Sistema Internacional ao fim desse lapso temporal.

Os governos de Gorbachev e Léltsin prestaram um grande papel na afirmação da virada russa em direção a uma economia de mercado, entretanto pecaram no equilíbrio da necessidade de afirmação internacional e as necessidades domésticas da república, realizando políticas imediatistas que se provaram falhas em longo prazo. O legado soviético constitui um marco na história militar de uma das maiores potências na seara de segurança, entretanto acaba sendo questionado em sua verdadeira capacidade.

A partir dessa captação, verifica-se a importância de compreender como o impacto das políticas econômicas e sociais em Gorbachev e Léltsin contribuiu para a dispersão da realidade entre o legado material e imaterial provindo da União Soviética, construindo uma Rússia sustentada pelo seu poder residual, que não nos permite afirmar a posição devida do país no Sistema Internacional, mas que elucida a compreensão da inserção russa nas mais diversas esferas políticas e sua fragilidade velada.

Esse trabalho, portanto, motiva-se pelo interesse de desvendar a coerência por trás da potência militar russa e o quanto dessa imagem projetada de potência militar se deve ao seu legado soviético, buscando identificar o papel dos governos Gorbachev e Léltsin no gerenciamento dessa herança.



## **1 O GOVERNO GORBACHEV E A MARGINALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR**

Mikhail Sergueievitch Gorbachev foi o último líder da União Soviética. Seu governo estendeu-se entre 1985 e 1990, encerrando-se com sua demissão que marcou a dissolução da URSS. A liderança de Gorbachev foi marcada por estratégias radicais de reforma, que refletiam as expectativas de abertura política e econômica, materializadas através dos projetos da Perestróica e do Glasnost, apresentados em 1986, durante o 27º Congresso do Partido Comunista Soviético. Essas políticas, em conjunto com o “New Thinking”, um novo pensamento direcionado à aproximação com os Estados Unidos, apesar de vislumbrarem uma abertura do país em direção à aceleração do crescimento e desenvolvimento econômico, acabaram por ricochetear no movimento que questionava as intenções do comando comunista, que viria a chegar ao poder na pessoa de Bóris Iéltsin.

A máxima que caracterizou a política econômica no governo de Gorbachev foi a aceleração, motivada por um projeto de abertura econômica sedimentada no desenvolvimento industrial que conduziria o país a tornar-se uma economia de mercado competitiva com o ocidente e promoveria melhoras no bem-estar da população. Esse processo de flexibilização da estrutura econômica socialista ficou evidente a partir do projeto intitulado Perestróica.

A Perestróica foi reconhecida como um movimento de reestruturação e reconstrução da estrutura econômica da União Soviética, através de um processo gradual de abertura econômica. Gorbachev iniciou uma reação jamais vista ao insucesso da realidade socioeconômica soviética, uma vez que a consciência propagada pelo regime era indubitavelmente cativa da mitologia comunista, sendo esse sistema reafirmado pelos líderes. BUTENKO (1993) é categórico ao ressaltar essa inércia da liderança soviética.

Na realidade, enquanto já no período de Stalin a opção socialista tinha se perdido e a sociedade soviética encontrava-se sem caminhos a percorrer, aproximando-se cada vez mais do colapso socioeconômico, os líderes soviéticos e toda a elite dirigente, com os antolhos de uma falsa consciência, pensavam e proclamavam a edificação do socialismo no país e a passagem da sociedade para o comunismo. (BUTENKO, 1993, p. 71).

Gorbachev foi uma opção ousada tomada pelo Partido Comunista. Confiar-lhe as rédeas da União Soviética àquele tempo era dar-lhe a tarefa de conter uma possível explosão social. É tentador concluir, inclusive, que suas políticas pretendiam satisfazer uma necessidade meramente cosmética de reforma na percepção social da política soviética naquele momento. Entretanto, as medidas incluídas no projeto da Perestróica alçaram consequências reais, fugindo ao controle do governo. A urgência do projeto de desenvolvimento industrial era primordial para Gorbachev, o que fez saber em um de seus célebres discursos, quando apontou que a economia soviética era capaz de desenvolver técnicas que permitiram a um satélite fotografar o lado obscuro do planeta Marte e, no entanto, era incompetente em produzir um bem de consumo durável de qualidade (SCHILLING, 2003).

A introdução de elementos de liberalização na economia causou um impacto imediato: facilitação de sistemas de crédito, concessão de maior liberdade para os planos industriais, inclusive através da desvinculação de algumas indústrias dos planos quinquenais, bem como a abertura ao comércio exterior, com autorização de importação e eliminação das cotas de exportação representaram uma reviravolta repentina no poder de compra do cidadão soviético.

A hiperinflação surgiu de modo avassalador, promovendo inclusive o desaparecimento de produtos alimentícios das prateleiras, o que resultou em um travamento da economia, manejado através do aumento considerável da dívida externa, que não conteve, no entanto, o desgaste da moeda soviética. A crise do petróleo no final dos anos 1980 foi um fator adicional no desequilíbrio da economia nacional. O déficit comercial aumentava e dados do orçamento russo revelam que, à época, a dívida externa duplicou em um período de apenas cinco anos, durante o governo Gorbachev, atingindo a marca de 70 bilhões de dólares no ano de 1990.<sup>1</sup>

O segundo projeto a marcar o governo Gorbachev foi o Glasnost, um plano de abertura política, destinado à promoção de transparência política, à redução da burocracia nos atos de Estado e também a introdução de novas liberdades à população, tanto nos meios de comunicação como na liberdade de expressão individual. A política em Gorbachev foi direcionada, assim, à estabilização do cenário

---

<sup>1</sup> Fonte: Orçamento da Federação Russa. Disponível em: [www.budgetrf.ru/publications/schpalata/2004/schpal2004bull09/schpal812004bull9-11.htmv](http://www.budgetrf.ru/publications/schpalata/2004/schpal2004bull09/schpal812004bull9-11.htmv).

de lideranças, procurando promover uma aproximação entre a linha-dura do Partido em direção à facção liberal, representada por Vladimir Putin e Bóris Iéltsin, que não escondiam o alinhamento com as expectativas estadunidenses em relação à reestruturação da URSS.

Toda essa reforma introduzida no governo de Gorbachev movimentou, em especial, o orçamento soviético. Schilling (2003) menciona a existência de um plano interno do governo que, dentro de 500 dias, objetivava a formação de uma economia mista, com empresas privadas e estatais, a ser concluída em quatro etapas, onde a principal delas seria a realocação dos recursos militares para o novo programa econômico.

Estimativas da Federação de Cientistas Americanos<sup>2</sup> identificam que o gasto com o orçamento de defesa da União Soviética no início dos anos 1980, embora declarado por volta dos 33 bilhões de dólares, poderiam atingir até dez vezes este valor, uma vez que os equipamentos produzidos pelo Ministério Geral de Construção de Máquinas e o Ministério da Indústria de Construção de Navios, por serem de domínio estatal, não entrariam no item de gastos militares no orçamento soviético. Isso resulta, portanto, em uma incerteza quanto à proporção de redução desses investimentos em defesa.

No entanto, em razão da política Glasnost, os relatórios de gastos governamentais soviéticos passaram a ser mais detalhados e transparentes, permitindo, a partir de então, uma identificação mais acurada dos gastos de defesa a partir do governo Gorbachev. Segundo dados do Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo, entre os anos de 1988 e 1991, os gastos militares da União Soviética diminuíram em cerca de 10%, quando medidos em relação ao PIB nacional do ano respectivo.<sup>3</sup>

Essa redução foi sentida imediatamente nos setores de defesa soviéticos. A verdade é que, diante do enfraquecimento político-econômico do Estado, pouco era o recurso possuído pelo movimento estratégico de segurança: o arsenal havia sido reduzido cerca de 2,2 vezes (ZALOGA, 2002, p. 211) e a quantidade de mísseis e

---

<sup>2</sup> Fonte: Start: Data base. Disponível em: <fas.org/nuke/control/start1/News/strtdata.htm>.

<sup>3</sup> Fonte: Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo. Disponível em: <www.sipri.org/research/armaments/milex/milex\_database>.

outros armamentos obsoletos era considerável. Essa redução foi progressiva, chegando, em menos de 10 anos, a apenas um décimo do orçamento destinado à defesa em 1980.<sup>4</sup>

O estudo de tais orçamentos, no entanto, pode se tornar exaustivo e inconclusivo. Diante da conjuntura de hiperinflação e desordem na economia soviética, a formalidade dos orçamentos nacionais torna-se fragilizada. É primordial, portanto, perceber as consequências factuais dessa redução de investimentos anunciada.

As forças militares soviéticas, assim como as indústrias bélicas e o Comitê Estatal de Segurança (KGB), tinham sido escanteadas. Entretanto, esse movimento de definhamento não partiu das lideranças militares, mas sim da elite política, enfraquecida pela fragilidade do cenário econômico. Zaloga (2002, p. 212) declara: "se as guerras são vencidas pela vontade, a perda da Guerra Fria pela Rússia não pode ser atribuída a uma perda de vontade por parte da liderança militar soviética". Sem apoio ou interesse da cúpula governamental, a liderança militar sofreu apenas as consequências do corte econômico e sucumbiu à política de resignação de Gorbachev.

Em 1986, o acidente no reator da Usina Nuclear de Chernobyl faz questionar a capacidade soviética de organização e manutenção de sua estrutura. A repercussão do fato espalhou-se de maneira descontrolada, fragilizando a imagem da URSS, contribuindo também para incentivar a reorganização preterida pelo novo governo. Zaloga (2002, p. 212) infere que "ao final dos anos 1980 as tentativas de Gorbachev de reforma e rejuvenescimento começaram a fracassar". Um marco dessa bandeira branca levantada por Gorbachev é a Doutrina Sinatra. Esse nome foi utilizado por Gennady Guerasimov, porta-voz do governo à época, 1988, para designar o fim do sistema de soberanias limitadas conduzido pela União Soviética sobre suas repúblicas durante o governo anterior, de Leonid Brejnev.<sup>5</sup>

A era Brejnev foi um respiro da pretensão expansionista e dominadora perante as movimentações de caráter libertário entre os blocos soviéticos,

---

<sup>4</sup> Fonte: Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo. Disponível em: <[www.sipri.org/research/armaments/milex/milex\\_database](http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database)>.

<sup>5</sup> Fonte: Doutrina Sinatra. Disponível em: <[noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/11/08/ult1808u148964.jhtm](http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/11/08/ult1808u148964.jhtm)>.

estabelecendo um monopólio de dominação sobre os Partidos Comunistas de todo o mundo. No entanto, com Gorbachev, essa cobiça não mais traduzia os anseios de abertura política na URSS, e foi instituída a política do “My Way”. A referência à música de Frank Sinatra de mesmo título refere-se não somente ao fim do controle central do Kremlin sobre as repúblicas satélites da União Soviética, como evidencia o vislumbre de desintegração.

A estrofe inicial da canção inspirou a ironia e jocosidade empregada por Guerasimov:

E agora o fim está próximo/  
E agora eu encaro a cortina final/  
Meu amigo, eu vou dizer claramente/  
Eu irei expor meu caso, do qual eu tenho certeza. (ANKA, 1968)

Com o tempo, a Doutrina Sinatra foi identificada como ponto inicial da desintegração da União Soviética sob a capitania de Moscou. Nesse ínterim, foi garantido aos países soviéticos do leste europeu o direito de adotar regimes democráticos, o que motivou uma profusão de revoluções libertárias de caráter pacífico a partir de 1989.

Dentre essas revoluções, consagrou-se, simbolicamente, o fim da Guerra Fria através da queda do Muro de Berlim. Ainda quando Secretário Geral do Partido Comunista, Gorbachev foi provocado por Ronald Reagan, presidente estadunidense, no ano de 1987, quando na ocasião do 750º aniversário de Berlim, ele convocou-o a sagrar os interesses de liberalização através da libertação da Alemanha Oriental. A icônica frase de Reagan diz: “Senhor Gorbachev, derrube esse muro!”.<sup>6</sup>

Em nove de novembro de 1989, o muro de Berlim começa a ser destruído, representando o fim da Guerra Fria e traduzindo, em muito, as intenções políticas desenvolvidas por Gorbachev. Sua contribuição foi reconhecida em tal grau que no ano seguinte foi-lhe concedido o prêmio Nobel da Paz, reconhecendo sua participação para o término da Guerra Fria.

---

<sup>6</sup> Fonte: 10 memorable Reagan quotes. Disponível em: <<http://www.usatoday.com/story/news/nation-now/2014/06/05/ronald-reagan-president-quotes/9879899/>>.

Outros episódios relacionados às reformas políticas de Gorbachev foram a abolição do sistema unipartidário e a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, em uma guerra que já durava dez anos.

Esse processo de democratização entre as repúblicas soviéticas confirmou o enfraquecimento do Partido Comunista em seus ideais originais. Apesar de os comunistas moderados, como Gorbachev, pretenderem a manutenção do Estado Soviético, conduzindo um novo governo através das reformas políticas e econômicas, havia divergências intrapartidárias pendentes tanto para a corrente liberal, que visava uma inteira abertura capitalista, quanto para a porção conservadora, que defendia reverter as reformas neoliberais e reinstaurar o domínio soviético centralizado entre as repúblicas.

Diante dessa instabilidade no Partido, aconteceu o episódio conhecido como Golpe de Agosto de 1991. A parcela de comunistas conservadores aliou-se à KGB, cujos militares já estavam compartilhando do sentimento de desaprovação às políticas liberalizantes, em razão dos cortes de gastos que estas significaram para o Comitê de Segurança, para executar um golpe de Estado que tiraria Gorbachev do poder e poria um fim a suas reformas. Oito altos oficiais da KGB, que mais tarde viriam a ficar conhecidos como Camarilha dos Oito, teriam liderado a conspiração para realização do golpe. Autointitulados Comitê Estatal de Emergência, os golpistas pretendiam reinstaurar o poder do Estado comunista.

Moderados e liberais juntaram-se para deter as forças dos golpistas sob o comando de Bóris Iéltsin, enquanto Gorbachev permaneceu, durante três dias, escondido na Criméia, região da Ucrânia.

Durante esse momento, porém, as forças liberais ganhavam mais expressão e mais partidários. A popularidade de Iéltsin crescia rapidamente, enquanto as políticas mal sucedidas de Gorbachev faziam com que seu governo acabasse por ser mal avaliado tanto entre os liberais como entre os conservadores. Valendo-se dessa realidade, Iéltsin proclama a independência da Rússia em relação à União Soviética, tornando-se presidente em junho de 1991.

Apesar da manutenção do apoio de Iéltsin e de outras repúblicas com sua independência reconhecida, à liderança e organização da União sob o comando de

Gorbachev, essa conjuntura veio a desmoronar pouco depois, com a independência dos demais blocos soviéticos, a criação da Comunidade de Estados Independentes que prejudicava ainda mais a existência do comando da União Soviética. Em dezembro do mesmo ano, Gorbachev renunciaria ao poder de Estado e a criação da CEI (Comunidade de Estados Independentes) era oficializada com a assinatura do Tratado de Belavezha, assinado por Rússia, Ucrânia e Bielorrússia. Assim, junto com o governo Gorbachev, extingue-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

### **1.1 START I, INF E A REDUÇÃO DE INVESTIMENTO ESTRATÉGICO**

Diante desse panorama desenvolvido sobre o período Gorbachev, é possível estabelecer que o setor estratégico e militar não estava entre as prioridades do governo. Todas as ações direcionadas à esfera de segurança refletiam políticas de retirada, diminuição ou mesmo anulação do poderio soviético sobre os demais territórios. O foco do orçamento governamental era prioritário na economia, fazendo com que os investimentos estratégicos não fossem valorizados.

Dentro dos comandos militares, esse período significou, portanto, uma era de abandono da crescente de desenvolvimento militar, sendo justificado, inclusive, pelo menor uso dessa frente, em episódios como a retirada do Afeganistão e, especialmente, pelo fim da Guerra Fria.

Dessa maneira, Gorbachev também avançou nas negociações de controle bélico. Debates que duraram mais de seis anos foram resolvidos quando, de uma maneira quase inédita, a União Soviética se propôs a aprovar medidas de redução armamentista.

Embora os Acordos sobre Limitação de Armas Estratégicas conhecidos como planos SALT I e SALT II tenham sido iniciados desde o fim da década de 1960, como forma de congelar os níveis existentes de mísseis balísticos e submarinos, bem como equilibrar as zonas protegidas por sistemas antibalísticos e limitando novos programas de mísseis, esses acordos eram facilmente contornáveis. Administrações posteriores colocavam a validade desses tratados em cheque, uma vez que a proliferação de material bélico era dificilmente mensurável, e as denúncias de desobediência ao tratado partiam de ambos os lados.

Entretanto, em 1991, os presidentes da União Soviética e dos Estados Unidos, à época, George H. W. Bush e Mikhail Gorbachev, assinaram o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START I), um acordo de redução drástica de armamentos estratégicos existentes entre as potências. A redução estabelecia limites para os estoques bélicos dos países, permitindo apenas a posse de 5000 mísseis, com um limite adicional de 2500 para mísseis balísticos internacionais, permitindo ainda apenas 110 mísseis de impacto pesado, os chamados “heavy throw”, limitando ainda a capacidade de ditos mísseis. Essas restrições, em uma segunda fase, estender-se-iam, além dos mísseis, a qualquer instrumento de bombardeio e outros sistemas estratégicos.<sup>7</sup>

O acordo foi adiado por algum tempo por significar, de fato, um impacto bem maior na reserva bélica soviética em relação à estadunidense, pois a quantidade de mísseis implantados era bem menor e, em alguns casos, nula. Os dados da Federação de Cientistas Americanos estimam que a porcentagem de redução no arsenal soviético seria maior em cinco das seis categorias abordadas pelo tratado, segundo a tabela:

**TABELA 1: Efeito do acordo START na Redução das Forças Militares (1991)<sup>8</sup>**

Limites do START		Total EUA (Redução necessária em %)	Total URSS (Redução necessária em %)
<b>Veículo Nuclear de Lançamento Estratégico</b>	1600	2246 (29%)	2500 (36%)
<b>Mísseis balísticos intercontinentais e lançados por submarino</b>	4900	8210 (40%)	9416 (48%)
<b>Total de instalações estratégicas</b>	6000	10563 (43%)	10271 (42%)
<b>Mísseis balísticos pesados</b>	1540	0**	3080 (50%)
<b>Mísseis balísticos móveis</b>	1100	0**	618 (0%)
<b>Mísseis balísticos de impacto pesado</b>	3600	2361.3 (0%)	6626.3 (46%)
**Os EUA não possuem esse tipo de equipamento instalado. [Tradução Nossa]			

<sup>7</sup> Fonte: Strategic Arms Reduction Treaty (START I): Table of Contents. Disponível em: <<http://www.acq.osd.mil/tc/treaties/start1/index.htm>>.

<sup>8</sup> Fonte: Start: Data base. Disponível em: <[fas.org/nuke/control/start1/News/strtdata.htm](http://fas.org/nuke/control/start1/News/strtdata.htm)>.



Entretanto, dentro da estratégia governamental de Gorbachev, bem como sua perspectiva de redução da atuação militar do Estado, confirmada através do fim da Guerra Fria, o tratado foi assinado e ratificado, tendo sido posto em prática em todo o território da União Soviética, permanecendo em validade nas repúblicas após sua independência, como aconteceu na Ucrânia, Belarus e Cazaquistão, uma vez que o acordo previa ter validade até cinco de dezembro de 2009.

Desde o início do governo Reagan, nos Estados Unidos, essas negociações já eram fortalecidas. Os acordos que aconteceram entre Reagan e Gorbachev passaram por diversas fases. Em geral, as propostas soviéticas de redução apresentavam parâmetros mais drásticos em relação à redução absoluta de armamentos, como por exemplo, a proposta do mínimo absoluto, que vislumbrava a redução de 50% das armas nucleares e a eliminação dos aparatos espaciais. Em geral essas propostas não logravam êxito, e acabavam submetendo-se às condições estadunidenses, normalmente direcionadas a tipos de armamento possuídos em maior número pela nação soviética (AKHROMEYEV e KORNIENKO, 1992, p. 199).

A fim de continuar as reformas econômicas e implementar a Perestroika e o Glasnost, a União Soviética precisava que a competição dispendiosa da Guerra Fria entre as superpotências desacelerasse. [...] Gorbachev ainda acreditava no socialismo, e ao mesmo tempo ele estava determinado a tentar salvar a União Soviética do colapso que poderia surgir a partir de uma contínua crise econômica. Portanto Gorbachev continuou a pressionar por acordos de armas.<sup>9</sup>

Assim, outro importante marco para avaliar os esforços desmilitarizantes de Gorbachev é a assinatura do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF). Em 1987, os líderes Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev assinaram o acordo que estabelecia a eliminação dos mísseis balísticos e de cruzeiro, fossem eles nucleares ou convencionais, cujo alcance estivesse entre 500 e 5500 km. Em junho de 1991, como previsto no tratado, cerca de 2700 mísseis foram destruídos. Novamente, esse comprometimento exigiu maior ônus da União Soviética do que o

---

<sup>9</sup> Fonte: Gorbachev and New Thinking in Soviet Foreign Policy, 1987-88. Disponível em: <<http://2001-2009.state.gov/r/pa/ho/time/rd/108225.htm>>.

parceiro, Estados Unidos. O primeiro Estado livrou-se de cerca de 1850 equipamentos bélicos, 1000 a mais que a potência americana.<sup>10</sup>

A militância de Reagan e Gorbachev em propor acordos de redução e limitação de armamentos é reconhecida como uma manobra final que antecipava a saturação da corrida armamentista, juntamente com os grandes investimentos em equipamento nuclear.

O governo de Gorbachev forneceu a abertura necessária para encravar o termo da Guerra Fria, que de outro modo, poderia ter sido estendida até consequências incomensuráveis. Kissinger (1994, p. 671), resume esse capítulo de acordos: “Reagan acreditava que as relações com a União Soviética melhorariam se conseguisse que ela partilhasse o seu receio do holocausto nuclear.”

A aproximação entre Estados Unidos e União Soviética fundamenta-se nessa mudança de governo. Grachev (2001, p. 200), concentra na figura de Gorbachev a responsabilidade da mudança de relação entre as potências:

“Uma das intenções de Gorbachev era convencer Reagan que ele não está perante um robô, mas sim, um ser humano, que representa um mundo diferente, mas aberto ao diálogo e disposto à negociação” (GRACHEV, 2001).

A partir dessa análise do governo de Gorbachev é imperativo reconhecer sua importância individual na mudança diametral quanto às políticas soviéticas de segurança. A última liderança soviética é, pois, marcada por uma priorização da escala econômica e uma atuação militar direcionada para a redução armamentista. O que se percebe, no entanto, é que tais políticas não seguiram um planejamento estratégico de cunho militar, mas tão somente os anseios pessoais de Gorbachev em promover os projetos do Glasnost, da Perestróica, como também do fim da Guerra Fria, esse já em serviço dos primeiros, proporcionando um desamparo à estrutura militar pertencente ao Estado.

O projeto de governo de Gorbachev era falho, e acabou sucumbindo às pressões da facção liberal. Desse modo, a União Soviética extingue-se sem prospectos de manutenção de seu status de potência internacional.

---

<sup>10</sup> Fonte: Treaty Between The United States Of America And The Union Of Soviet Socialist Republics On The Elimination Of Their Intermediate-Range And Shorter-Range Missiles (INF Treaty). Disponível em: <<http://www.state.gov/t/avc/trty/102360.htm>>.

A liderança natural de Léltsin na região será um fator chave na transição onde a Rússia apodera-se como herdeira do legado soviético. Esse processo, no entanto, apesar de facilitado em razão do estabelecimento de um relacionamento mais amistoso com os Estados Unidos, irá confrontar-se com a necessidade de reinstaurar a estabilidade no território das novas repúblicas, o que só implicará, ainda mais, na fragilização do potencial bélico legado pela Rússia.

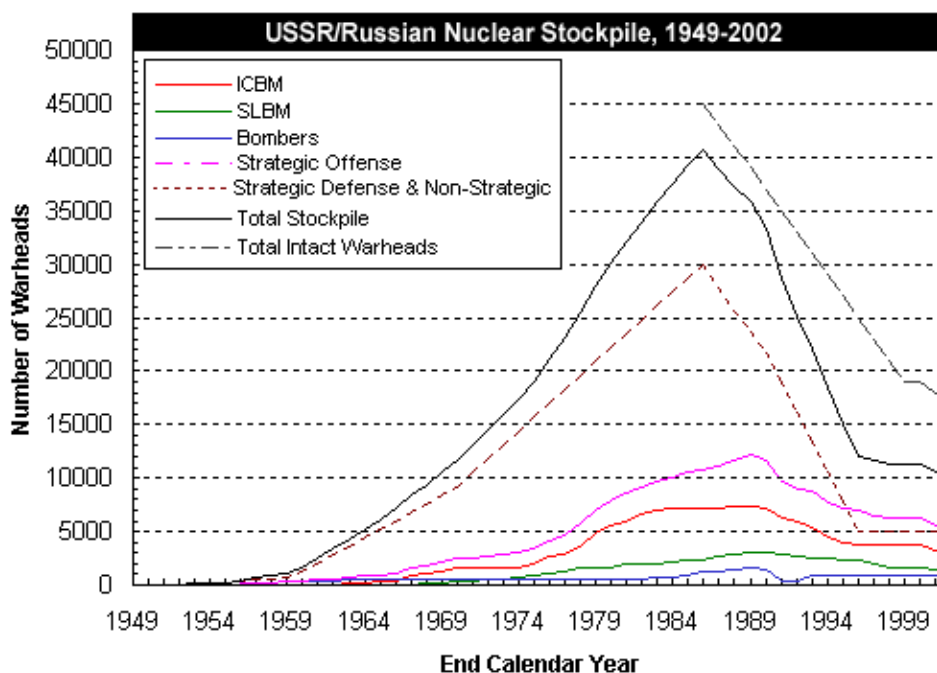
## 2 O INVENTÁRIO SOVIÉTICO E O PROCESSO DE CENTRALIZAÇÃO

Traçar os limites do inventário militar soviético é uma tarefa que encontra alguns obstáculos metodológicos, à medida que os levantamentos sobre as reservas e estoques de material bélico flutuam entre a contagem de ogivas, aviões de bombardeio, mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) e mísseis balísticos lançados por submarino (SLBM), além da apuração de armas estratégicas e não estratégicas.

De acordo com o programa nuclear do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais (NRDC)<sup>11</sup>, que realiza uma avaliação periódica dos estoques de armas nucleares, os índices de acumulação bélica por parte da União Soviética atingiram seu pico ao fim da década de 1990.

Como demonstra o gráfico a seguir, todas as modalidades de reservas de armamento apresentaram crescimento, com cerca de 40000 armamentos e instalações bélicas, quando em seu potencial máximo, sendo 30000 deles, equipamentos estratégicos.

**GRÁFICO 1: Reservas de armamentos da URSS/Rússia (1949-2002)<sup>12</sup>**



<sup>11</sup> Fonte: Figure of USSR/Russian Nuclear Stockpile, 1949-2002. Disponível em: <<http://www.nrdc.org/nuclear/nudb/dafig10.asp>>.

<sup>12</sup> Idem.

O boletim dos cientistas atômicos divulgou um levantamento sobre as reservas nucleares globais entre os anos de 1945 e 2006, revelam dados compatíveis, também estimando em 30000 o número de aparelhamentos bélicos estratégicos existentes até o fim da Guerra Fria, em 1991.

Esses dados, entretanto, são estimativas grosseiras, uma vez que o número concreto referente a esses dados depende de informações mantidas em segredo de Estado e acaba sendo conflitante entre os relatórios e também declarações de representantes do Estado, como em 1993 na declaração de Victor Mikhailov, Ministro Russo da Energia Atômica, revelando que no ano de 1986 a União Soviética teria cerca de 45000 equipamentos estratégicos em sua reserva. Dados os quais, uma década depois, o próprio Mikhailov questionou, afirmando que cerca de metade das instalações não eram mais operacionais.<sup>13</sup>

Mesmo na falta dos números reais, é flagrante a constatação do aumento quase exponencial dos gastos militares da União Soviética próximo ao seu desmoronamento, fator frequentemente apontado como chave na desestruturação da União de Repúblicas Soviéticas.

Esse investimento, pode-se afirmar, deve-se em grande parcela à busca pelo engrandecimento da capacidade militar que vinha, de maneira prioritária, sustentando, para o país, seu status de potência internacional durante a década de 1980. Diante da economia estatal e planificada, bem como da conhecida burocracia e centralização política, o que se via era uma priorização do setor bélico, buscando suprir a falta de estruturação suficiente para o desenvolvimento industrial e tecnológico nos demais setores no Estado.

Desse modo, apesar de pendente em setores socioeconômicos, a União Soviética era detentora do incontestável estigma de potência militar nuclear, reforçada pela extensa propaganda política soviética, desenvolvida ao longo dos tempos para promover a imagem de Estado bem-sucedido e, em não menor número, para espalhar a influência soviética, cujo poder de difusão ultrapassou os objetivos primários do Partido Comunista de fortalecimento nacionalista, e passou a afirmar o poderio da União Soviética além de suas fronteiras.

---

<sup>13</sup> Fonte: Global Nuclear Stockpiles. Disponível em: <bos.sagepub.com/content/62/4/64.full>.

Não se pode negar, portanto, que tal estigma figura como elemento essencial do legado soviético para a Rússia, sua natural herdeira, à medida que tem o direito de apoderar-se do mesmo status de potência, gozando de inquestionável poderio e influência desde o momento de sua criação.

Ainda que não caiba aqui discutir os princípios de Direito Internacional concernentes ao processo de sucessão, é importante destacar que a Federação Russa acabou por ser reconhecida nas Organizações Internacionais como herdeira direta da União Soviética, especialmente pelo critério de conveniência, uma vez que as bases de governo desses dois Estados coincidiam, diferentemente das demais repúblicas, como também por sua extensão territorial. A definição de um herdeiro único nesse caso é fundamental em vista da promoção da estabilidade internacional, assim como para a transferência do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e seu poder de veto. (CASELLA, 2007)

A cadeira herdada no Conselho de Segurança da ONU, por fim, é um sinal claro do legado de seu título de potência e de sua influência internacional baseada em seu poderio militar e, em especial, em sua condição de potência nuclear.

O status nuclear desse poderio, por sua vez, pode ser considerado o ponto-chave da manutenção do poderio russo. Aqui, a máxima repetida onde se estabelece que o poder nuclear é nivelado por baixo é verdadeira, mas sucumbe diante da importância da percepção desse poder mundo a fora. A Rússia surge não somente como detentora de armas nucleares, mas como possuidora das maiores reservas bélicas, de conhecimento técnico altamente especializado e, acima de tudo, é lembrada pela priorização dessa condição, fazendo transparecer ao redor de toda sua política externa o seu potencial de segurança.

Entretanto, é importante apontar que essa transição, apesar de pacata, ocasionou um grande impacto em todo o sistema militar vigente até a data. A partir da demissão de Mikhail Gorbachev e da substituição da bandeira soviética pelo pavilhão branco, azul e vermelho da República Russa, é iniciado o processo de desintegração dos blocos. Assim, o que ocorreu foi uma fragmentação do arsenal soviético ao longo das novas repúblicas, dissipando o estoque armamentista, a posse sobre as bases militares, lançadores, locações de testes bélicos e sistemas de produção.

A busca russa para a recuperação do poderio nuclear começou imediatamente. O foco no status de superpotência mundial estava em jogo, uma vez que a força nuclear era o elemento chave do reconhecimento internacional do país.

A saber, a partir do momento da instituição da República Russa, esta tomou posse de todas as forças estratégico-nucleares em seu território, porém, em relação à totalidade do arsenal soviético, estima-se que perdeu o controle de cerca de um quarto da força de mísseis intercontinentais, lançadores e sistemas produtores de quarta geração; de metade de seu poderio aeronáutico; além da dispersão de armamentos de pequeno porte. A única força militar intacta foi a força submarina, uma vez que estava concentrada em águas russas (ZALOGA, 2002, p. 215).

Essa parcela de equipamentos fora do território russo gerou uma grande preocupação sobre a quantidade, localização e controle dos mesmos, com enfoque nas armas nucleares. Enquanto espalhadas por entre as demais repúblicas soviéticas, essas instalações geravam uma expectativa de proliferação de novos países detentores de poderio nuclear. Essa situação de dúvida e desconfiança promovia cada vez mais uma sensação de iminente instabilidade militar na Eurásia, fato que acabou por incentivar a participação dos Estados Unidos no processo conhecido como centralização nuclear. Woolf (2011) revela que a intenção estadunidense era assegurar a limitação de ameaças nucleares na região:

Os Estados Unidos gastaram uma quantidade considerável de tempo e energia diplomática entre 1992 e 1993 para assegurar que somente a Rússia permaneceria com armamentos nucleares originários da União Soviética.

A dispersão desse tipo de armamentos e instalações entre as repúblicas soviéticas despertou preocupação também entre as forças estratégicas russas. Além das perdas de instalações fixas, a quantidade de pequenos armamentos táticos nucleares espalhados era de difícil controle e poderia, facilmente, ser destinada ao uso por grupos extremistas em conflitos entre as novas repúblicas.

Uma das ameaças temidas, ainda, são as “loose nukes”, termo que designa armamentos e equipamentos militares provindos do arsenal soviético que tenham sido mal guardados e perdidos no processo de recuperação do arsenal. Esse termo também se estende à difusão de know-how e material nuclear pelo mercado negro,

assim como a barganha pelos cientistas soviéticos deslocados a partir da desativação de várias dessas instalações.<sup>14</sup>

A tensão na região da Eurásia estava instaurada de maneira que mesmo a tomada da posse dos armamentos pelos governos das novas repúblicas constituiria uma ação política ameaçadora, possibilitando uma reação russa, abalando as independências recém-conquistadas. Essa possibilidade é bastante criticada e temida ao redor do mundo.

As ameaças [...] vão além das forças nucleares e incluem grupos terroristas. Muitas das armas nucleares, biológicas e químicas da Rússia são pouco protegidas; seguranças e cientistas que cuidam delas são mal pagos. Não podemos nos arriscar em um mundo onde um cientista russo pode cuidar de suas 'crianças', pondo em risco as nossas. (NUNN, *apud* CIRINCIONE, 2005, p. 123).

A discussão sobre a posse de armamentos nucleares deu lugar à preocupação pela eclosão de uma guerra civil generalizada na região e, no fim das contas, a dispersão desse arsenal não foi de interesse de muitos.

Os Estados Unidos deixaram claro que preferiam que as armas nucleares permanecessem sob controle centralizado e encorajaram a liderança das novas repúblicas a permitir que a Rússia retirasse, em seu favor, suas armas nucleares táticas desses países. (ZALOGA, 2002, p. 216)

Assim, iniciou-se um movimento de desnuclearização das novas repúblicas impulsionado bilateralmente pela Rússia e pelos Estados Unidos.

De acordo com a maioria das estimativas já apresentadas, a União Soviética deixou cerca de 30000 equipamentos bélicos, entre os quais se encontram mísseis balísticos intercontinentais, mísseis balísticos lançados por submarino, armas e mísseis de longo alcance – suficiente para alcançar os Estados Unidos -, além de granadas, mísseis de curto alcance, mísseis balísticos interceptores, torpedos nucleares, mísseis lançados por navio e aeronaves equipadas com armamento nuclear de curto alcance. Informações adicionais publicadas pela Federação de Cientistas Americanos estima que o estoque de bombas de urânio herdado pela Rússia chegou a 1200 toneladas.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Fonte: Loose Nukes. Disponível em: <[www.cfr.org/weapons-of-mass-destruction/loose-nukes/p9549](http://www.cfr.org/weapons-of-mass-destruction/loose-nukes/p9549)>.

<sup>15</sup> Fonte: 91144: Nuclear Weapons in the Former Soviet Union: Location, Command and Control. Disponível em: <[fas.org/spp/starwars/crs/91-144.htm](http://fas.org/spp/starwars/crs/91-144.htm)>.



Quando do colapso da União Soviética, a maioria das armas táticas, com alcance limitado até 600 km encontravam-se em território russo. Reporta-se que o restante dessas armas estava distribuído entre Belarus, Ucrânia e Cazaquistão, com menos de 5% espalhados entre outras repúblicas da Ásia central, como Turcomenistão e Uzbequistão.<sup>16</sup>

Para esses armamentos de fácil locomoção a ação russa começou em 1992 e se deu de maneira rápida e intensa. Mais de 3000 armamentos nucleares foram recuperados somente do território ucraniano (ZALOGA, 2002, p. 216). A retomada de armamentos foi imediata, estando concluída por volta de maio do mesmo ano.

Ainda nesse ano, mas de 80% de todas as armas estratégicas soviéticas já tinham sido concentradas sob o poder da Rússia, incluindo todos os mísseis submarinos. Belarus, Ucrânia e Cazaquistão, ainda com posse de alguns desses armamentos aceitaram por devolver esses equipamentos para a Rússia, tão logo providenciado seu devido transporte.

Entretanto, as instalações físicas ainda representavam ameaça: material estratégico como lançadores de mísseis e bombas nucleares podiam facilmente ser reativados pela contratação de engenheiros especializados. A ação estadunidense, então, foi posta em prática, utilizando-se de pressão e barganha econômica para incentivar a desnuclearização da região.

O processo, em geral, correu sem resistências: Belarus e Cazaquistão, apesar de demonstrarem interesse no controle de tais forças, facilmente repassaram tanto os armamentos como as instalações ao controle russo. Tais posturas renderam aos países concessões e parcerias, construindo programas conjuntos de fortalecimento das forças armadas, compartilhamento de know-how e tecnologia.

Por outro lado, a situação ucraniana deu-se de maneira conturbada. No início, as intenções de desnuclearização se fortaleciam entre a opinião pública, alimentadas pelo medo gerado a partir do acidente em Chernobyl. Entretanto, sob o governo do presidente ucraniano Kravchuk, iniciou-se um movimento de resistência às intervenções sobre o legado militar concentrado no território da Ucrânia.

---

<sup>16</sup> Fonte: 91144: Nuclear Weapons in the Former Soviet Union: Location, Command and Control. Disponível em: <[fas.org/spp/starwars/crs/91-144.htm](http://fas.org/spp/starwars/crs/91-144.htm)>.

O país planejava construir uma força nuclear própria, apossando-se das instalações e armamentos em seu solo, exigindo consulta e aprovação do parlamento para mover qualquer desses equipamentos. Entretanto, a questão nuclear era controversa mesmo para o governo ucraniano: a principal proposta era a retenção apenas das forças estratégicas mais modernas. O governo ainda tentou tomar posse das bases estratégicas, rejeitando ceder o controle à Rússia, embora não tivesse planejamento de utilização das instalações. Eventualmente, a Ucrânia cedeu o controle das armas táticas e estratégicas, somente reclamando o controle sobre as instalações fixas.

Iéltsin e Kraychuk tiveram inúmeras reuniões discutindo a desnuclearização da Ucrânia. A pressão regional para aderir ao START também foi um fator crucial para a mudança de doutrina ucraniana. Kraychuk enviaria o tratado para ratificação pelo congresso, estabelecendo, no entanto, algumas condições, como a exigência de garantias de que não houvesse uso de armas nucleares ou convencionais, bem como de que não houvesse uso de sanções econômicas durante o período de desnuclearização. O pedido não foi considerado e a situação somente foi resolvida quando, mesmo à revelia da falta de consenso do congresso, em 1992, o presidente ucraniano fechou um pacto com os EUA para a desnuclearização, em até sete anos, da Ucrânia, em troca de um programa de ajuda no valor de 700 milhões de dólares. A decisão acabou sendo adotada pelo parlamento, que, um ano depois, fixou a doutrina de eliminação de armamentos nucleares, com a ressalva de fazê-lo sob a supervisão e assessoria estadunidense, e não russa. Sob tal suporte, em 1993 a Ucrânia torna-se signatária do TNP (Tratado de Não Proliferação Nuclear).

A resistência da Ucrânia pautou-se, também, a partir da iniciativa, entre as repúblicas soviéticas, da criação de uma Comunidade dos Estados Independentes (CEI), da qual participavam Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguízia, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. A organização baseava-se no fortalecimento mútuo entre as repúblicas, bem como no apoio ao seu desenvolvimento econômico. Porém, entre as prerrogativas do grupo, estabeleceu-se um consenso quanto ao comando compartilhado das forças nucleares dispersas entre as repúblicas, concentrando, no entanto, todos os códigos de autorização e ativação em Moscou. A CEI somente tornou-se realidade em dezembro de 1991, um projeto iniciado por Gorbachev, e Iéltsin permaneceu como

entusiasta da organização. No entanto, seu viés militar não foi tão bem sucedido. A maioria das novas repúblicas preferiu abrir mão de suas parcelas do legado bélico e aderir à tendência internacional de desnuclearização a manter seus aparatos nucleares sob o controle russo. Esse controle conjunto viria a ser desfeito em 1993, quando o Ministro da Defesa russo Grachev decretou um ato estabelecendo o controle exclusivo por parte da Rússia.

Durante sua vigência, no entanto, foram reportados episódios de resistência por parte dos oficiais ucranianos, que demandavam controle administrativo sobre as instalações e uso pelas tropas enquanto em solo ucraniano. Assim, o país resistiu à jurisdição russa na CEI, mas foi vencido pelas pressões dentro da comunidade, que apontavam o país como incapaz de realizar a manutenção própria nas instalações, bem como apontando sua contradição em relação ao compromisso selado com os Estados Unidos para desnuclearização do país.

O episódio final na desnuclearização da Eurásia foi a assinatura do Protocolo de Lisboa, um ato continuado do START I, onde Rússia, Belarus, Ucrânia e Cazaquistão comprometeram-se a transferir todo o poderio bélico nuclear localizado em seus Estados para a Rússia, bem como concordaram em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) como Estados não nucleares, com exceção da Rússia, que herdou a qualidade de Estado nuclearizado da União Soviética. O protocolo foi assinado em 1992, ratificado em 1994, e teve sua implementação completada em 1996, quando a centralização de armamentos entre os países foi finalizada.<sup>17</sup>

Nesse íterim, aconteceu, portanto, um processo de estabilização do cenário de segurança no território das repúblicas de origem soviética. Como saldo positivo, pode-se apontar para a reorganização do arsenal russo com milhares de armas nucleares táticas que anteriormente estavam dispersas em pelo menos 10 das novas repúblicas. Progresso considerável também foi feito para ganhar adeptos pós-soviéticos estaduais ao TNP. Até o final de julho de 1994, 10 dos 14 estados sucessores não russos juntaram-se ao TNP como Estados não nucleares. (POTTER, 1995, p. 13).

---

<sup>17</sup> Fonte: The Lisbon Protocol At a Glance. Disponível em: <<http://www.armscontrol.org/NODE/3289>>.

Há outras evidências dos esforços estadunidenses para manter o controle e a estabilidade na área. O Programa de Controle Cooperativo de Ameaças, conhecido como “Nunn-Lugar Act”, que busca promover o desarmamento das repúblicas de origem soviética nas escalas nuclear, biológica e química, provendo o necessário para a destruição dos equipamentos existentes, provê, desde 1991, ajuda financeira para a desmilitarização da região. Entre os objetivos do programa estão o desmonte de armas de destruição em massa, a consolidação e garantia de infraestrutura e tecnologia adequada para o desenvolvimento da segurança na região, o aumento da transparência nos padrões de conduta estratégica na região e o suporte, defesa e cooperação militar com o objetivo de impedir a proliferação desses armamentos. Diversos programas de eliminação de armas, prevenção de proliferação e engajamento em segurança vêm sendo desenvolvidos pelos governos das ex-repúblicas soviéticas e o Departamento de Defesa dos Estados Unidos. Exemplos desses programas são o Projeto Safira, pelo qual os Estados Unidos compraram todo o urânio enriquecido do Cazaquistão e as ajudas de custo, como o pagamento de 557 milhões de dólares destinados à eliminação de transportes de armamento e destruição de estoques de mísseis na Rússia, Ucrânia e Cazaquistão.<sup>18</sup>

Com a completa centralização do legado bélico da URSS nas mãos da Rússia, surgiu a necessidade de reestruturação da política de segurança. Apesar da recuperação dos armamentos, o patrimônio militar encontrava-se comprometido, com cerca de 75% da produção industrial de mísseis abolida, uma vez que se encontrava nas demais repúblicas independentes, assim como ocorreu com grande parte das ogivas e instalações nucleares.

A Rússia passou por um processo de dramática redução do tamanho de seu arsenal nuclear e complexo armamentício devido à mudança nas condições internacionais de segurança, às negociações de controle bélico com os Estados Unidos e a aposentadoria dos velhos sistemas militares que estão chegando ao fim de sua vida útil” (CIRINCIONE, 2005, p. 121).

Durante esse tempo de reestruturação, alguns dos armamentos ainda sofreram com a inércia, tornando-se inoperáveis. O número de forças úteis sofria declínio, uma vez que esse recurso é perecível.

---

<sup>18</sup> Fonte: Cooperative Threat Reduction. Disponível em: <[web.archive.org/web/20070927215354/http://www.dtra.mil/oe/ctr/programs](http://web.archive.org/web/20070927215354/http://www.dtra.mil/oe/ctr/programs)>.

Devido a uma avaria nos procedimentos, a incerteza de responsabilidades, perda de pessoal qualificado, e falta de pagamento de salários, o mau manuseio de material radioativo ocorre com uma frequência cada vez maior. Infelizmente, este pesadelo é o menor dos problemas. O empreendimento nuclear da União Soviética consiste de tecnologias frágeis que ultrapassaram sua vida útil, muitas dos quais nunca deveriam ter sido construídas em primeiro lugar. (JOSEPHSON, 2005, p. 294)

A situação da economia e a preconização dos aspectos domésticos da política também trabalharam contra a reformulação das forças estratégicas. O orçamento de defesa foi drasticamente reduzido a partir da década de 1980 e assim também foi a produção. A ogiva de Votkinsk, nos anos 1980, produzia, anualmente, cerca de 60 mísseis Topol (SS-25), número reduzido a apenas nove, no ano de 1994, e ainda seis, no ano de 2000 (ZALOGA, 2002, p.223). A atividade tornou-se tão onerosa que, eventualmente, o governo teve que assumir o controle das instalações que viram serem cortados seus abastecimentos de energia elétrica devido à falta de pagamento.

O que se apreende, pois, é que, embora a centralização tenha sido bem sucedida, o manejo desse legado pela Rússia torna-se marginalizado. A continuação e a ampliação das políticas econômicas iniciadas com Gorbachev em Léltsin implicaram em uma displicência do governo russo em relação às suas instalações e sistemas militares tanto impulsionadas pela mudança no orçamento destinado aos esforços de segurança, quanto pelo fortalecimento do estigma internacional de seu poderio. A centralização das armas soviéticas nas mãos da Rússia não apenas ratificou sua condição de herdeira do poder soviético, mas também engrandeceu a percepção de seu potencial, ainda que a real situação do arsenal não refletisse a mesma força.

Além das instalações danificadas, obsoletas ou perdidas no processo de centralização, as “loose nukes” voltaram a ser uma questão preocupante, sendo reportados, entre 1992 e 1993, três episódios de roubo de urânio enriquecido, bem como mais de uma constatação sobre venda de armamentos nucleares no mercado negro da Europa. Em 1992, cerca de 40 cientistas russos foram supostamente

detidos por venderem ajuda a programas de desenvolvimento de armas nucleares da Coreia do Norte.<sup>19</sup>

O declínio nos gastos com o sistema militar evidencia a perda de interesse na manutenção do arsenal em operação. Assim, depois de todos os esforços para a centralização, é possível identificar uma nova fase do processo de comprometimento do poderio militar russo, que se estende como consequência das políticas da Perestroika e do Glasnost, amplificadas no governo de Léltsin.

---

<sup>19</sup> Fonte: 91144: Nuclear Weapons in the Former Soviet Union: Location, Command and Control. Disponível em: <[fas.org/spp/starwars/crs/91-144.htm](http://fas.org/spp/starwars/crs/91-144.htm)>.

### 3 O GOVERNO IÉLTSIN COMO MARCO DO DESCASO ESTRATÉGICO

Bóris Nicoláievitch Iéltsin foi o primeiro presidente da Rússia após sua independência da União Soviética, sendo também o primeiro líder russo eleito democraticamente, e governando entre 1990 e 1999. A história de seu governo ficou marcada pelas grandes expectativas geradas a partir de sua liderança na facção liberal comunista que participou do início do processo de fragmentação da URSS, bem como pelos anseios de continuação da abertura econômica russa, ampliando os objetivos da Perestróica de Gorbachev, para consolidar o país como uma economia de mercado promissora.

A eleição de Iéltsin como chefe do Soviete Supremo da República Soviética da Rússia deu-se ainda em maio de 1990. Sua candidatura, apesar de não apoiada pelo líder Gorbachev - uma rivalidade que se desenvolveu durante anos, com críticas sendo tecidas por ambos os líderes em relação às tendências políticas do outro -, foi vitoriosa com 57% dos votos. Aponta-se que a rivalidade entre Iéltsin e Gorbachev teria sido o combustível principal para a movimentação de Iéltsin em proclamar a independência russa e arranjar os primeiros encontros da CEI.

Apesar de suas diferenças, Gorbachev e Iéltsin compartilhavam a pretensão de promover o crescimento econômico russo através de sua liberalização. Enquanto Gorbachev vislumbrava a mudança gradual do sistema econômico russo, embasado no incremento de sua capacidade industrial, Iéltsin tinha aspirações ainda mais radicais, propondo a conversão imediata da maior economia socialista do mundo em uma economia de mercado plena.

Essa política de transformação ficou conhecida como “Terapia de choque” e tinha como basilares os preceitos de estabilização, liberalização e privatização. Essas medidas foram inspiradas pelo programa neoliberal promovido pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, conhecido como “Consenso de Washington”. O programa estadunidense estabelecia um conjunto de dez lições fundamentais para a imposição do livre mercado.

Yegor Gaidar, primeiro ministro de Iéltsin à época, foi o responsável por guiar a reforma, sendo ela iniciada a partir da eliminação de controle de preços, da extinção das barreiras legais para o mercado privado e industrial, da redução de

subsídios às produções nacionais, como forma de atração de importações, para diversificar o mercado interno e quebrar o poder dos monopólios estatais.

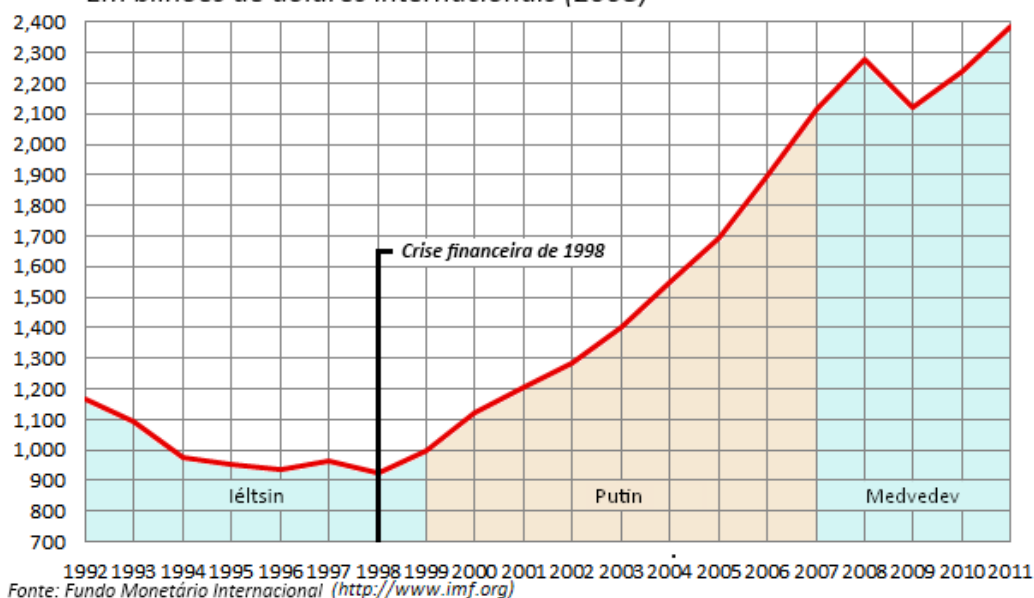
Essas medidas, porém, em especial a remoção do controle dos preços, apenas agravou a hiperinflação que vinha crescendo desde a Perestróica, assim como enfraqueceu a indústria nacional até a beira da falência. O padrão de vida do cidadão russo foi afetado intensamente, iniciando um declínio econômico e um período de decadência social que viriam a manchar a Era Iéltsin como um dos mais desastrosos momentos dentre os governos da Rússia independente.

Diante do dismantelo econômico em curso, o governo instaura uma política de ajuste estrutural, com severa austeridade fiscal e monetária. Entretanto, com a carga tributária em ascensão e a baixa disponibilidade de crédito, as taxas de juros subiram de maneira assustadora, acompanhadas por cortes de gastos do Estado, prejudicando ainda mais os investimentos em bem-estar da população.

O controle da inflação e dos índices econômicos somente poderia ser estabilizado através da reforma do orçamento do Estado. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo de Iéltsin representou uma depressão econômica gigantesca, com uma redução de quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB) em apenas seis anos.

## GRÁFICO 2: Evolução do PIB da Rússia (1992-2011)<sup>20</sup>

**PIB (PPC) da Rússia desde a queda da União Soviética**  
Em bilhões de dólares internacionais (2008)



<sup>20</sup> Fonte: Fundo Monetário Internacional. Disponível em: <<http://www.imf.org>>.



Além desse, outros dados são alarmantes quanto à situação social na Rússia de Iéltsin. Indicadores do Banco Mundial estimam que cerca de 40 a 50% da população vivia em estado de pobreza, em oposição aos 1,5% na mesma situação no ano de 1988. (MILANOVIC, 1998, p. 186). Índices sobre saúde pública, poder de consumo, desigualdade social, desemprego e outras disparidades socioeconômicas também resultaram em indicadores insatisfatórios.

No ano de 1993, o setor político também sofre o impacto de um conflito. A crise constitucional russa de 1993 diz respeito às tensões instauradas entre o poder executivo e legislativo. À época, o presidente figurava como chefe do poder executivo sendo auxiliado pelo Soviete Supremo, órgão legislativo unicameral parlamentarista. Desde a independência do bloco russo, os dois poderes não dialogavam em suas decisões, o que gerou uma tensão com a insegurança política na liderança do país.

Sem poder para dissolver o parlamento, Iéltsin promoveu um referendo nacional que sugeria a adoção de um sistema semipresidencialista, com a existência de uma câmara legislativa eleita de maneira prévia por voto direto. Com base na resposta positiva da população quanto à sua confiança na presidência de Iéltsin, ele editava atos de governo sem consulta ao Soviete Supremo que, em resposta, decretou o impeachment de Iéltsin, proclamando como novo presidente seu vice, Alexander Rustkoi.<sup>21</sup> A partir do episódio, Iéltsin comandou a repressão de todos os protestos populares, que se multiplicaram até que o exército, sob ordens de Iéltsin invadiu o parlamento na madrugada de quatro de outubro, prendendo os líderes da resistência. A câmara foi destruída e o massacre de civis revoltosos nunca chegou a ter seu número de vítimas pacificamente divulgado.

Após o episódio, foi aprovada uma nova constituição, que instaurou o modelo semipresidencialista, onde o legislativo é composto por uma câmara alta, formada por indicação, e uma câmara baixa, eleita de maneira direta. Essa carta magna, no entanto, previa poderes presidenciais aumentados, sendo possível, inclusive, a dissolução do parlamento por Iéltsin.

---

<sup>21</sup> Fonte: De contra golpista a golpista. Disponível em: <elpaiscom/diario/1993/09/23/internacional/748735222\_850215.html>.

Em um governo que seguiu marcado por polêmicas, Iéltsin consagrou uma imagem deturpada de líder. Conhecido por aparecer alcoolizado ou medicado (devido a seus problemas cardíacos) a eventos e cometer gafes em compromissos presidenciais, sua credibilidade começava a ser questionada a nível internacional. Durante sua campanha para reeleição presidencial, precisou do apoio de oligarcas e da imprensa, através da acusação de seu adversário Guennadi Ziuganov, um dos líderes da oposição à facção liberal, promoveria a volta ao totalitarismo. Iéltsin acabou reeleito com uma estreita vantagem.

A liderança desgastada de Iéltsin viria novamente ao colapso em 1998, com a Moratória Russa, evento onde o governo decretou a interrupção de todos os pagamentos externos até a renegociação da dívida em razão da desvalorização extrema da moeda russa, o rublo.<sup>22</sup>

Essa crise econômica teve raízes conjunturais no início da Perestróica e acabou por deflagrar uma profusão de fragilidades ao governo de Iéltsin. Nesse contexto, em dezembro de 1999, o presidente renuncia em favor de Vladimir Putin.

### **3.1 O ASPECTO MILITAR NO GOVERNO DE IÉLTSIN**

As Forças Armadas da Federação Russa enquanto instituição do país independente foram criadas por Iéltsin em sete de maio de 1992, compreendendo as forças terrestres, aeronáutica, marinha, forças estratégicas, forças de defesa do espaço aéreo e a força de elite. Desde então, o comando e a chefia das operações das forças armadas é nominal do presidente sob o título de Comandante Supremo, sendo mediado pelo Ministério Russo da Defesa. Nesse momento, todas as tropas das forças armadas soviéticas que estavam em território russo foram convertidas em forças pertencentes à Rússia.

Nos anos seguintes, a partir do processo de descentralização, as forças russas foram desocupando os territórios em que se dispersaram durante a ocupação soviética e, em novembro de 1993, Iéltsin promulga uma nova doutrina militar, centrada no estabelecimento de um poder militar regional, sem ambições de alcance global. O documento não foi divulgado em sua totalidade, deixando questionadas algumas possibilidades de manobra estratégica. Entretanto, o cerne do documento

---

<sup>22</sup> Fonte: O furacão vermelho. Disponível em: <veja.abril.com.br/2608098/p\_052.html>.

era o estabelecimento de forças armadas menores e mais especializadas, um progresso que viria a ser alcançado apenas no que concerne à sua redução. Outro ponto original dessa doutrina é o reconhecimento das ameaças regionais, do terrorismo, e até mesmo da segurança interna como foco do aparelho de segurança russo, em oposição à sua pretensão de alcance mundial no período soviético (DICK, 1993, p. 2)

Um dos pontos controversos na divulgação da nova doutrina militar é o abandono do compromisso de não realizar o primeiro uso quanto à introdução de armas nucleares. A política de "não primeiro uso", conhecida como "*no first use*", refere-se ao compromisso de alguns países nuclearizados em nunca utilizar armamentos nucleares em meios de guerra a não ser quando primeiramente atacado por um adversário com o uso de tais armamentos. Essa política tinha sido oficialmente adotada pela União Soviética desde 1982.<sup>23</sup>

Toda essa reforma e reestruturação da doutrina bélica realizada pela Rússia infere uma reflexão sobre as perspectivas na doutrina nuclear da potência emergente. O primeiro choque na mudança do discurso que, na era soviética, costumava ser de "nunca fazer o primeiro uso", para a declaração do Ministério de Defesa, Pável Gratchov, em 1993, considerando o possível uso de suas forças nucleares, pode vislumbrar a imposição de medo, conjuntamente com a porção não divulgada do documento de doutrina militar. Há, entretanto, desconfiança relacionada a essa promoção de uma imagem de medo, contrastante com a realidade interna de dificuldades na manutenção da capacidade bélica, sendo mais compatível com a identificação de uma política de deterrência.

A política é justificada pela mudança na ameaça de conflito considerada, anteriormente, pouco provável a nível global e, após a desestruturação da URSS, tida como muito provável a nível regional. O uso do armamento nuclear, no entanto, tanto pela pressão pública como pelas lideranças militares realiza, prioritariamente, apenas um papel de deterrência. A principal missão atribuída às armas nucleares pela nova doutrina é a prevenção de conflitos militares nucleares ou de qualquer outro conflito militar. Esta missão assume a manutenção da estabilidade estratégica e da capacidade de dissuasão nuclear ao nível de suficiência. Em uma parte diferente do documento [a nova doutrina militar de 1993], a noção de 'suficiência' é definida como a capacidade de infligir danos a um agressor sob quaisquer circunstâncias. (SOKOV, 2010).

---

<sup>23</sup> Fonte: Russia Drops Pledge of No First Use of Atom Arms. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1993/11/04/world/russia-drops-pledge-of-no-first-use-of-atom-arms.html>>.

A nova política, apesar de ser divulgada como um ponto de fortalecimento e engrandecimento, pode ser compreendida mais como um reflexo do declínio da força russa do que uma grande mudança de atitude. Uma prova disso é a aderência e obediência aos tratados de redução bélica.

Com o foco novamente nos aspectos políticos e econômicos da transição desde a independência da Rússia, o governo de Léltsin deu continuidade à tendência de Gorbachev, não valorizando os investimentos no arsenal e no sistema estratégico militar. Com o fim do processo de centralização, Léltsin desacelerou os esforços de sistematização e manutenção do arsenal herdado.

Seguindo a aproximação iniciada por Gorbachev, Léltsin desenvolveu, também, tratados de redução de arsenal, continuando os debates introduzidos no START I. Léltsin, juntamente com o presidente estadunidense George H. W. Bush aprofundou ainda mais as negociações no que diz respeito à limitação e redução de armas estratégicas. O acordo firmado em janeiro de 1993, bania o uso de mísseis múltiplos independentemente guiados (MIRVs) e mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs). Esses mísseis são especialmente questionados em seu poder de desestabilização quando usados, uma vez que podem carregar entre três e doze armamentos para atingir diferentes alvos. Seriam, pois, armas direcionadas ao primeiro uso, de modo a destruir múltiplas localizações do inimigo.

Durante seu governo ainda existiram, porém, conflitos que exigiram a presença militar. O primeiro deles foi a Guerra da Chechênia, deflagrada em 1994, em razão da separação da região do bloco russo. Rica em recursos fósseis, o movimento separatista despertou a reação do governo, que enviou o estimado de 40000 soldados.<sup>24</sup> O conflito estendeu-se até agosto de 1996 e, apesar da destruição da capital da Chechênia, Groszny, através, especialmente, de bombardeios aéreos, as forças russas foram incapazes de tomar o controle do conflito. As expectativas de Léltsin de um ataque rápido, com uma represália facilmente contornável, seguida pela tomada simples do controle da região foram frustradas. As forças russas foram reportadas como absolutamente perdidas, em um episódio que só pode ser comparado com a situação estadunidense no Vietnã.

---

<sup>24</sup> Fonte: Há 10 anos, a guerra na Chechênia. Disponível em: <<http://voskres.ru/army/publicist/segen.htm>>.

O vexame abalou a moral das tropas russas, flagrantemente despreparadas, o que acabou por implicar em uma desmoralização do exército russo, mal equipado e mal instruído. Os propósitos do conflito eram incompreendidos até mesmo entre os oficiais, que, em algumas unidades, sabotaram a missão e negaram as ordens de avanço. Protestos civis tomaram e incendiaram cerca de 30 veículos militares, majorando a desonra sofrida pela força russa (GALL e WALL, 1998, p. 177-181). Isso, em conjunto com a repercussão negativa do conflito entre a opinião pública, motivada pela matança de civis na região, forçou Iéltsin a declarar, em 1996, um cessar fogo unilateral, retirando do território checheno todas as tropas russas e assinando um tratado de paz no ano posterior.

Um depoimento do oficial Alexander Segen demonstra o tom de revolta com o descaso do governo quanto à preparação militar na Rússia, quando chega ao conflito na Chechênia:

As forças armadas, chamadas na Chechênia de Exército Nacional, para o verão de 1994 incluíram: tanque, artilharia e regimentos de artilharia antiaérea, brigada de infantaria, dois regimentos para treinamento de aviação, as unidades de propósito específico e vários centros de treinamento (bases). Eles tinham 42 do [tanque de batalha] T-62 e T-72, [tanque de batalha] BMP 48; 30 [tanques de batalha] APCs e BRDM; 153 sistemas de artilharia [...]; defesa aérea - 44 unidades. E Yeltsin não sabia sobre isso? Eu não acredito! E, no entanto, só a ignorância pode explicar tal loucura cega.<sup>25</sup>

As tentativas de reorganização do arsenal herdado esbarravam em diversos obstáculos, em especial o orçamento tático da nova república. Não havia, por parte dos chefes estratégicos militares, perspectivas ou mesmo planos imediatos de reestruturação. A decadência do poderio russo, embora disfarçada pela propaganda governamental e pela forte imagem do país no âmbito internacional, trouxe a necessidade de políticas de aperfeiçoamento e modernização do arsenal, como única maneira de fortalecer uma nova política estratégica.

A redução do arsenal russo não foi surpresa para as lideranças estratégicas: a vida útil dos armamentos estava datada. Entretanto, era preciso um esforço de modernização destinado, especialmente, a manter a força de segurança operante. Apesar dos problemas de orçamento, a preocupação com o poderio estratégico

---

<sup>25</sup>25 Fonte: Há 10 anos, a guerra na Chechênia. Disponível em: <<http://voskres.ru/army/publicist/seggen.htm>>.

nuclear era imprescindível. "O arsenal nuclear era a única garantia do status de poder russo" (ZALOGA, 2002, p. 223).

A modernização deu-se, basicamente, através da produção direcionada de armamentos sob a égide dos acordos START e buscando, ao máximo, o aproveitamento das instalações já existentes, para a redução dos custos operacionais. A marca desse projeto é o míssil Topol M, de alta eficiência, produzido em acordo com as permissões do START I e II, e projetado para o *retrofit*, ou seja, encaixe nas instalações antigas. A técnica foi aplicada também na força submarina, uma vez que esta possuía apenas um terço do orçamento esperado para sua reconstrução.

Críticas, entretanto, apontam as falhas desse modelo de reestruturação, meramente aparente. Isso significa que o armamento trabalhado ou não é novo ou baseia-se em uma tecnologia militar ultrapassada. Essa tentativa de ressurgimento do poder militar é, portanto, ineficaz, pois o Sistema Internacional já está envolvido em uma revolução de técnicas e preceitos militares, que promovem uma maior adequação às novas ameaças e modalidades de conflito.

A modernização aconteceu, porém a diminuição da capacidade russa de ataque é inegável. Até o fim dos anos 1990, o exército havia sido reduzido pela metade, assim como a força naval (ZALOGA, 2002, p. 223).

É verdade que o colapso da URSS afetou irremediavelmente o comando e controle estratégico russo, fragilizando até mesmo seu orgulho. A perda de bases de radares para as repúblicas independentes criou vários pontos-cegos no sistema que, devido à falta de fundos, experimentava um desafio técnico para sua reestabilização, processo que levou a Rússia a vivenciar momentos vexatórios como o incidente de Andoya, em que o sistema de alerta russo foi desencadeado por um foguete lançado no Ártico. O sistema de alerta foi disparado e todo o aparelho de segurança foi colocado em modo de combate, fato que alertou forças de contra-ataque ao redor do mundo.

Essa foi uma das aberturas para a inserção dos EUA no sistema de segurança russo. O acordo firmado entre Clinton e Léltsin previa o acesso de Kremlin ao sistema de alerta estadunidense, prevendo o desenvolvimento de um centro

conjunto. O que se iniciou pela tentativa de controle americano sobre a ação russa, colocou, agora a Rússia em cheque, que se tornou dependente do sistema estadunidense.

A doutrina de Léltsin buscou, acima de tudo, a recuperação no sentido da utilidade. Entretanto, a política doméstica constituiu um dos principais obstáculos, especialmente no sentido econômico.

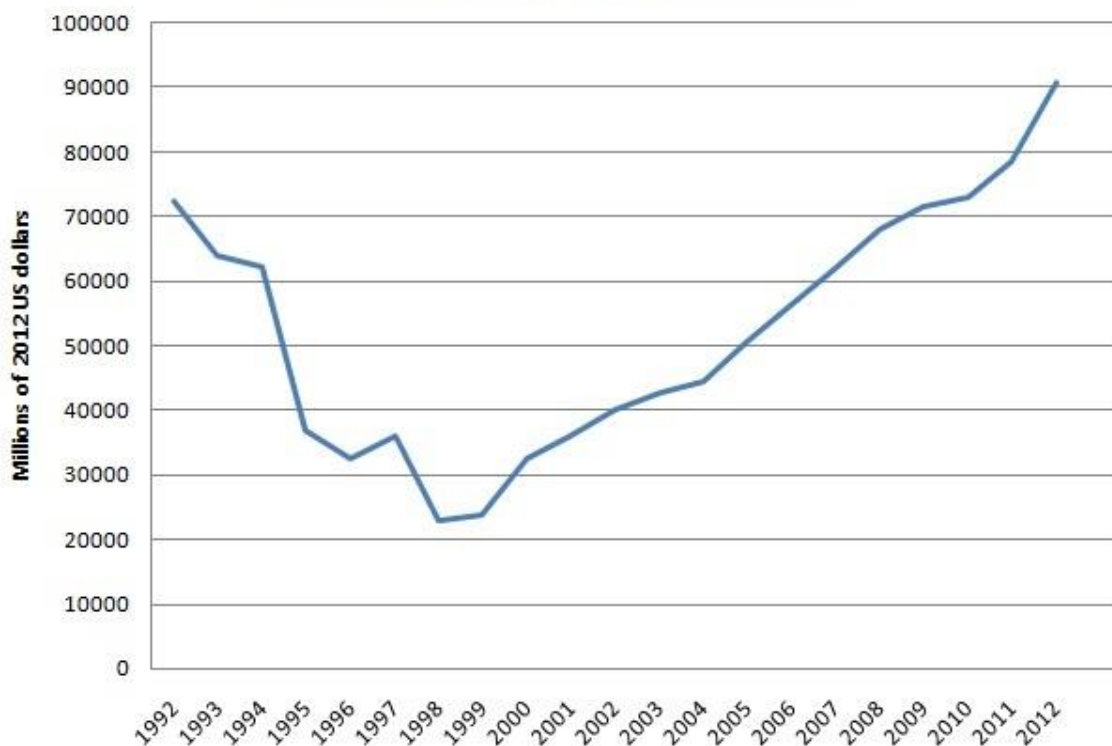
Os decisores políticos nos Estados pós-soviéticos geralmente atribuem uma menor importância à temática nuclear do que os seus homólogos no Ocidente. Este ranking mais baixo não é porque eles desconsideram sobre os perigos da proliferação de armas nucleares, mas porque eles têm apenas uma compreensão fraca da relevância do tema para a sua situação imediata, em que são lutando para sobreviver de uma crise a outra. (POTTER, 1995, p. 30).

Entretanto, o investimento não foi suficiente. Durante o governo de Léltsin, os gastos com o setor de defesa foram decrescendo ao longo dos anos, chegando ao seu patamar mínimo em 1998. Nesse mesmo período, a produção de armamentos na Rússia caiu por volta de 50%.

### GRÁFICO 3: Gasto militar da Rússia (1992-2012)<sup>26</sup>

#### Russian Military Spending 1992-2012

Source: SIPRI Military Expenditure Database



<sup>26</sup> Fonte: SIPRI Military Expenditure Database. Disponível em: <  
<http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+milex+data+1988-2012+v2.xlsx>>.

Dessa forma, é possível inferir que uma conjuntura de fatores contribuiu para o declínio das forças estratégicas soviéticas durante o período do governo de Léltsin, partindo dos acordos redutores, incluindo os cortes de gastos, a falta de investimento em desenvolvimento e manutenção de equipamentos, assim como especialização e capacitação de oficiais, tudo isso agravado por um contexto econômico catastrófico, em um governo de pouca imposição, caçoado a partir da figura pessoal do presidente. Barney (2005) descreve o panorama da condição militar e do arsenal russo ao fim da era Léltsin:

Os acordos ou mudanças de estratégia não são os únicos determinantes da redução quanto ao número de forças nucleares. Nós já vimos o impacto da economia, gestão e crise no armazenamento e manutenção. Um exemplo do efeito de orçamentos de defesa minúsculos dedicado às armas é em submarinos. A falta de financiar a manutenção não só reduziu a frota de mais de metade em 12 anos, mas a expectativa de vida dos equipamentos foi reduzida, dizimando ativos remanescentes nos últimos anos. Manter a capacidade estratégica da Rússia não se limita a ogivas e plataformas. Itens devem ser considerados incluídos, como a manutenção e modernização do sistema de comando e controle, do sistema de vigilância de rede e espaço, sendo este último atormentado com o alto consumo de energia elétrica. O apoio à atividade industrial associada ao arsenal da era soviética foi também amplamente visto como desnecessária pelo governo. Assim, duas das quatro unidades de produção de ogivas foram fechadas, e os cientistas limitaram seus métodos de teste.

As maiores críticas ao governo de Léltsin, no entanto, centram-se no fato que ele concentrava os atos de Estado sob seu poder absoluto, fator evidenciado pela crise constitucionalista de 1993, onde o presidente editou uma constituição que lhe garantia poderes exacerbados. Assim, Léltsin tenta promover a virada econômica e política na Rússia independente, mas acaba por sucumbir às mesmas falhas de planejamento criticadas na Era Gorbachev. A falta de pensamento em longo prazo, e a tomada de decisões imediatistas foi vastamente criticada. Odom (1998, p. 393) nomeia essa prática como o “fator crítico precipitante”, marcando as decisões na Rússia independente como uma sucessão de falhas.

Diante do levantamento no progresso histórico das políticas entre os governos de Gorbachev e Léltsin fica claro compreender a intervenção dos fatores econômicos, políticos e sociais na mudança de tratamento e prioridade entre o auge soviético e o período que se estende de 1985 a 1999 no que diz respeito à valorização da esfera estratégica, bem como do investimento direto na Força Armada.



Curioso, no entanto, é notar que esse legado bélico concreto, de tropas e equipamentos, veio atrelado a um legado não físico, que pode extrapolar o valor dessa centralização de armamentos e instalações. A percepção como potência militar foi herdada pela Rússia de modo quase independente de sua posse bélica. O estigma e a valoração de seu status no Sistema Internacional pouco foram abalados pelas já constatadas avarias no empório de forças militares e estratégicas do país. Quiçá seja esse o motivo para o descaso com o legado físico deixado para a Rússia; enquanto a mesma for herdeira inequívoca do poderio e status de sua predecessora, a falta de cuidado com a manutenção dos fatores internos é consentida, desde que sua percepção externa permaneça intacta.

#### 4 A PERSPECTIVA DO PODER RUSSO NO SISTEMA INTERNACIONAL

Uma vez desenhado o contexto que circundou as transformações da União Soviética desintegrada para a Rússia independente, compreendendo suas mudanças políticas, econômicas, sociais, e, em especial, militares, é possível delinear com certa precisão a conjunção desses fatores no que culmina, ao fim do governo de Léltsin, em um país desestruturado e fragilizado dos mais diversos ângulos.

Em menos de 15 anos, durante o curso dos governos Gorbachev e Léltsin, o país cujo poderio era virtualmente inquestionável ruiu ao patamar de uma nação enfraquecida cujo aspecto econômico era deplorável, diante dos índices inflacionários, de sua dívida externa e de seu limitado potencial de mercado; cuja liderança política era questionável, perante a um líder que chegava a ser ridicularizado em sua imagem pessoal; e cuja condição social fazia par com países atrasados em seu desenvolvimento.

Embora esse cenário não fosse incomum entre as potências reconhecidas atualmente como emergentes, a vantagem da Rússia em ser herdeira da grande potência de outrora foi virtualmente arruinada nas mãos de governantes afoitos, cujos planos de governo centraram-se em políticas emergenciais de curto prazo sem espaço para um planejamento estratégico no sentido de uma evolução interna e externa da posição do país e seu desenvolvimento efetivo.

A controvérsia, no entanto, mora na percepção desse poderio Russo. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pelo país desde o fim da ordem bipolar, o mesmo segue detendo, no imaginário de muitos, os mesmos estigmas de imposição e poder arraigados durante o período soviético. Essa imagem permanece de maneira forte e a capacidade atrelada a ela traduz-se, especialmente, na expectativa de potencial militar, fator que ensejou a criação desse estigma durante a Guerra Fria.

A construção de imagem do Estado no que diz respeito à sua identidade e imposição no Sistema Internacional pode ser melhor esclarecida com o respaldo de alguns conceitos apanhados do arcabouço teórico construtivista das Relações Internacionais. Com o auxílio desses elementos, será possível compreender a

formulação da imagem do Estado não somente pela mera percepção de características marcantes no comportamento do país, mas também a importância dos interesses da projeção de uma identidade forte.

Nesse contexto, a conjugação dos interesses soviéticos em promover uma identidade de potência militar, juntamente com a percepção desse poder pelos Estados no Sistema Internacional congregam para um processo de co-construção da identidade do país.

A construção da identidade da nação, pois, se analisada segundo uma ótica construtivista promovida em Wendt (1994), é desenvolvida através de um processo social de constituição, em que essa identidade se constrói mutuamente segundo seus interesses e a percepção dessa mesma identidade no relacionamento com os outros Estados no Sistema Internacional. Assim, na construção da identidade soviética, seus interesses militares ressaltaram a formulação de uma identidade social estável daquele país.

O empenho na construção de uma identidade militar forte forneceu à União Soviética o que Giddens (1991) denomina de segurança ontológica. Essa segurança é explicada em Damião (2011) como “a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua auto identidade e na constância dos ambientes de ação social e material em que vivem.” Assim, é possível identificar na promoção dessa imagem de força da União Soviética uma intenção de construir uma imagem estável de poder militar, conferindo ao país uma situação confortável de referência em segurança no Sistema Internacional, que se consolidaria para a manutenção desse estigma de poder com o passar dos anos.

Por ser uma característica desejável, a propagação dessa identidade de potência estabiliza-se, fortalecida ainda mais pela ordem mundial bipolarizada, que endossa a posição de destaque do país no Sistema Internacional. Uma identidade estabilizada e intimamente relacionada com o poderio militar é perpetuada, a partir de então, não somente por sua correspondência material, mas pela reiteração dessa imagem, em que a linguagem desenvolve um papel fundamental. Essa perspectiva é reiterada novamente na teoria construtivista de Kratochwil, explicada em Nogueira e Messari (2005, p. 170):

[...] O mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele. Segundo esse argumento, não importa como “a realidade lá fora” é, já que é a linguagem que usamos para nos referir a ela que vai motivar nossos entendimentos e nossas ações.

Esse papel da linguagem não está descrito apenas nos atos de fala, mas na própria concepção e conceitos que nos parecem imediatamente conectados com a identidade de determinado ator. Desse modo, a real capacidade bélica mantida pela Rússia torna-se coadjuvante perante a validade atribuída a suas ações e seu discurso. A mudança de doutrina militar em 1993, por exemplo, significou mais em relação à mudança da possibilidade de política de uso e do suspense gerado pela omissão de fragmentos do documento do que de fato em relação à diminuição de tropas e equipamentos. Isso representa que o domínio militar russo está constituído não somente em referência à sua condição, capacidade e uso, mas também, e prioritariamente, à continuidade e reiteração do seu poderio através da linguagem e do discurso.

O construtivismo de Onuf explica que esse tipo de domínio pode ser instituído de maneira racional, tradicional e carismática (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 174). Ou seja, ele pode ser instituído com base em qualidades existentes, mas manter-se através de outros predicados.

Onuf [...] não nega nem a racionalidade, nem menos ainda a materialidade de um “mundo lá fora” [...]. Para Onuf, não se trata tanto de negar o “mundo lá fora” quanto se trata de dar preferência ao social, isto é, aquilo que entendemos e definimos como a realidade. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p. 175)

É de Wendt (1994), a ideia de que as estruturas sociais permeadas de identidades e interesses que se co-constroem não são determinados pela natureza humana, ou, no caso dos Estados, da realidade doméstica. As estruturas sociais, portanto, são os contextos em que os atores se correlacionam, podendo perceber, uns nos outros, a identificação de suas “personalidades”. Assim, no Sistema Internacional, a formulação de uma forte percepção ao redor de um Estado depende tanto de como ele se projeta, como da visão que os demais Estados têm dele.

Transportando esse conhecimento até o caso da Rússia, podemos confirmar que as mudanças internas na capacidade militar efetiva e na própria realidade social e política não promoveram um impacto considerável na percepção da identidade

russa, uma vez que a formação dessa identidade de potência militar aconteceu de maneira forte durante o período soviético.

O legado bélico, dessa forma, estabelece um canal de passagem desse poder. Quando a Rússia assume a herança material militar da União Soviética, reúne para si as implicações de sua percepção internacionalmente. Basta perceber que nenhuma outra das repúblicas de origem soviética carrega consigo a mesma marca de sucessora. Foi o aspecto bélico o responsável por conectar e transferir essa identidade da URSS para a Rússia independente.

Essa percepção de poder militar transferida através da posse dos equipamentos bélicos está ligada à identidade de potência como era valorada no período da Guerra Fria. A acumulação bélica como sinal da capacidade de um país, na época, implicava, especialmente porque figurava como um dos polos da ordem internacional, que a União Soviética representava o modelo de sucesso para a proposta socialista, inferindo que o país reflete a imagem de uma nação bem sucedida.

A promoção dessa figura, no entanto, não é aleatória, e foi meticulosamente orquestrada nos interesses e objetivos da URSS, seguindo o padrão da propaganda comunista, que objetivava promover a imagem de uma nação bem organizada e bem sucedida.

A propaganda comunista na União Soviética foi o primeiro passo para a promoção do marketing do país direcionado para a sua expressão internacional. As campanhas pensadas inicialmente para propagar a ideologia Marxista e Leninista e promover o apoio popular à iniciativa comunista foram expandidas para o âmbito internacional, com a perspectiva de promover a imagem nacional, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. Dados da CIA estimam que, nos anos 1980, o orçamento soviético destinado à propaganda atingia quatro bilhões de dólares.<sup>27</sup>

Bukharin (1988) evidencia esse interesse de consolidação de uma nova perspectiva sobre o país em longo prazo:

---

<sup>27</sup> Fonte: Foreign Policies of the Soviet Union. Disponível em:  
<[http://books.google.com.br/books?id=Hvv7U15xCtMC&source=gbs\\_navlinks\\_s&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books?id=Hvv7U15xCtMC&source=gbs_navlinks_s&redir_esc=y)>.

A propaganda estatal do comunismo torna-se em longo prazo [...] um poderoso instrumento para a criação de uma nova ideologia, de novos modos de pensamento, de uma nova visão do mundo.

Desse modo, a política soviética, ao longo dos anos, foi tomando proporções gananciosas quanto à sua expressão internacional. Essa realidade ficou evidente na Guerra Fria com a corrida armamentista e a corrida espacial entre URSS e Estados Unidos, uma verdadeira competição de gigantes vangloriando-se da sua capacidade bélica. É natural, pois, que essa expressão de poder, em especial pelo reconhecimento no mundo bipolarizado da União Soviética como uma das grandes potências mundiais, tenha sido responsável pela consolidação cada vez mais concreta de sua imagem de prestígio no Sistema Internacional.

Os soviéticos acreditam que a URSS tem demonstrado uma capacidade de se sustentar e crescer em um ambiente internacional perigoso e imprevisível. Há também um orgulho nacional considerável relacionado com o papel internacional soviético que é importante [...] [para] um regime na necessidade de evidenciar sua própria competência e legitimidade. [...] Uma União Soviética mais forte e mais segura não garante sucesso em todas as áreas externas estrangeiras, mas isso significa uma presença soviética internacional mais ativa e influente. (CIA, 1975)

É possível identificar, pois, um esforço evidente da URSS para projeção de uma imagem de preponderância no Sistema Internacional, sendo esta muito facilmente vinculada com seu poderio bélico. Esse esforço, portanto, exemplifica a percepção de WENDT (1994, p. 386) quanto aos interesses na construção de identidades, através de sua projeção na estrutura social.

A Guerra Fria foi uma estrutura social em virtude do qual os Estados Unidos e a União Soviética tinham certas identidades. Elas foram incorporadas na visão de mundo sobre segurança nacional pelas suas posições e papéis nessa estrutura social. O conteúdo dos interesses nacionais foram estruturalmente constituídos em função dessas identidades.

Essa busca de identidades, no entanto, não tem apenas um caráter de expressão imediata. WENDT (1994, p. 388) filia-se ao conceito de segurança ontológica concebido por GIDDENS (1991) para conceber a "necessidade por segurança ontológica que motiva os atores a atrair-se a essas autoconcepções existentes, pois isso ajuda a estabilizar suas relações sociais."

Dessa maneira, podemos perceber o ânimo de sustentação e consubstanciação dessa imagem em uma percepção constante do Estado soviético. O diagnóstico promovido pela CIA (1975) é, pois, de uma

escalada do papel da URSS em uma variedade de outras relações estrangeiras e na tentativa de criar um ambiente internacional estável para o desenvolvimento soviético interno.

É bem verdade que esse intento não resistiu com o mesmo ânimo no governo de Gorbachev. As suas políticas fracassadas de reestruturação do país acabaram sendo o cenário de um declínio vertiginoso da União Soviética. Entretanto, não se pode dizer que a expressão do líder russo abalou a forte imagem do país no Sistema Internacional. Se muito, Gorbachev introduziu uma mudança de comportamento, através da sua aproximação com o ocidente, que não fragilizou a imagem da Rússia, mas sim o consagrou como o responsável individual pelo fim da Guerra Fria. O processo de centralização do legado bélico foi, também, uma das evidências da manutenção desse poderio, diante da expectativa gerada por como se propagaria sua herança.

Léltsin, por sua vez, recebeu a oportunidade singular de definir uma identidade nacional do seu reino novo, recém-criado. A particularidade do legado bélico, no entanto, predestinava as diretrizes que se seguiriam. Na liderança da sucessora natural do poderio soviético, caberia a Léltsin tomar posse dessa vantagem, para consolidar a Rússia como nova ocupante do lugar vacante de potência internacional deixado pela URSS. O contexto interno não era favorável e essa identidade doméstica confusa somente encontrava estabilidade na sua posição externa. A necessidade primeira de Léltsin foi, pois, conferir um senso de propósito nacional na política externa da nova Rússia, soletrando os princípios básicos de como exerceria a política externa do país, já nos primeiros anos de seu governo, em razão da revolução constitucionalista e do enorme poder centrado em suas mãos.

A figura da linguagem e do discurso segundo sua missão de propagação e concretização da identidade estatal foi um artifício recorrente no governo de Léltsin. Em 1993, o presidente divulgou uma declaração oficial de prioridades da política externa russa. Essa carta teve como principal foco determinar as prioridades máximas de importância fundamental na política externa russa, sendo uma delas sua consolidação como uma grande potência. Essa preocupação está evidente no trecho do documento que lê:

A Federação da Rússia, apesar da crise que atravessa, continua a ser uma grande potência em termos de seu potencial, a sua influência sobre o curso dos acontecimentos mundiais e da responsabilidade que cabe ao resultado deste. Ele é responsável não só pela a nova

ordem mundial que surgiu desde o colapso do campo socialista, mas especialmente para a criação de um novo sistema de relações positivas entre os Estados que costumavam fazer-se da União Soviética, e é o garante da estabilidade dessas relações.<sup>28</sup>

A afirmação da Rússia como potência no Sistema Internacional era reificada a todo tempo em declarações de ministros, assessores e outros membros do governo de Léltsin. Uma das declarações mais marcantes foi promovida por um dos primeiros ministros de Léltsin, Yevgeny Primakov, que afirmou:

A Rússia tem sido e continua a ser uma grande potência, e sua política para o mundo exterior deve corresponder a esse status. A Rússia não tem inimigos permanentes, mas tem interesses permanentes.<sup>29</sup>

Esses interesses, portanto, evidenciam a reiterada intenção russa de manter sua imagem no Sistema Internacional, no sentido de uma percepção intacta do mesmo poderio construído no auge da expressão soviética.

A administração de Léltsin foi marcada, pois, por várias demonstrações conceituais formais dos princípios orientadores de sua política externa de consolidação do poderio russo. São exemplos, a divulgação de uma nova doutrina militar que guarda a reserva de possibilidade de uso dos seus armamentos nucleares, a própria realização da Guerra da Chechênia, e demais demonstrações da intenção, muitas vezes motivada pela obstinação individual de Léltsin, dessa expressão de super poderio.

A veiculação dessas estratégias, pode-se dizer, foi positiva. A transferência de imagem e identidade da URSS para a Rússia ocorreu de maneira suave, sem refletir com exatidão a realidade de sua situação interna. Pode-se dizer, pois, que a construção e consolidação dessa identidade foi uma constante produção motivada pelos interesses do Estado que acabaram por promover uma imagem que ecoa até hoje na concepção imediata da identidade russa.

Diante desse levantamento, ressalta-se que mesmo que essa percepção da imagem russa como potência no Sistema Internacional seja propagada

---

<sup>28</sup> Fonte: BORIS YELTSIN'S FOREIGN POLICY LEGACY. Disponível em: <<http://www.personal.utulsa.edu/~robert-donaldson/yeltsin.htm>>.

<sup>29</sup> Fonte: BORIS YELTSIN'S FOREIGN POLICY LEGACY. Disponível em: <<http://www.personal.utulsa.edu/~robert-donaldson/yeltsin.htm>>.



culturalmente, é imprescindível analisar o real impacto das mudanças na realidade política, econômica e social da Rússia em seus aspectos de segurança.

A relação entre os fatores econômicos e a segurança é abordada por Terriff, Croft, James e Morgan (1999, p. 136-150). Para questionar a significância e impacto dos fatores econômicos na segurança, esses autores estabelecem um paralelo denominado “armas versus manteiga”, que significa o balanceamento dos investimentos e políticas direcionados a atender as necessidades militares e sociais, respectivamente.

Todos os Estados devem calcular um confronto ‘armas versus manteiga’, distribuindo seus recursos limitados entre objetivos de curto-prazo na segurança e objetivos de longo-prazo no bem-estar econômico. Portanto, as considerações econômicas e a segurança estão profundamente inter-relacionadas. TERRIFF, CROFT, JAMES e MORGAN (1999, p. 137).

Pecequilo e Carmo (2010), também mencionam a importância da relação entre o poder e a riqueza dos Estados, podendo ser compreendida como uma união a quem chamam de “umbilical”.

A história da ascensão e queda dos países líderes do sistema de grandes potências (...) mostra uma correlação muito significativa, a prazo mais longo, entre sua capacidade de produzir e gerar receitas, de um lado, e a força militar, do outro. (KENNEDY, 1991 *apud* PECEQUILO e CARMO, 2010, p.3)

Esse relacionamento entre economia e segurança pode ser exposto de diferentes maneiras, em especial porque a economia provê os meios materiais e financeiros para promover a capacidade militar para a proteção da segurança nacional. Essa visão é ratificada por vários autores, como MEARSHEIMER (2001, p.61), quando estabelece que a “riqueza é importante porque um Estado não pode construir um poderoso aparato militar, se ele não tem dinheiro e tecnologia para equipar, treinar e continuamente modernizar suas forças de combate”.

Não seria possível, pois, desvincular o declínio econômico experimentado pela URSS e Rússia nos períodos Gorbachev e Léltsin de seus impactos na capacidade militar e estratégica na esfera de segurança nacional. A reorganização do orçamento deu causa aos cortes de gasto bélico, promovendo uma onda de mudanças militares, seguindo uma nova doutrina, que limitava suas ambições e sua capacidade material.

Mesmo a numerosa quantidade de materiais, equipamentos, instalações, tropas e *know how* herdados da potência soviética não podem ser computados como maior peso na balança entre as “armas” e a “manteiga”. Terriff, Croft, James e Morgan (1999, p. 140) atentam para a necessidade de manutenção e modernização militar, que demanda gastos extras e interferem diretamente na capacidade militar. De forma que não apenas a quantidade deve ser analisada na aferição da competência militar de um país, mas especialmente a qualidade dos equipamentos, a preparação dos oficiais e os investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias devem ser levados em consideração.

Isso lida aos fatores apresentados por ”. Terriff, Croft, James e Morgan (1999, p. 140-141) que interferem no equilíbrio entre os gastos com “armas” e “manteiga” e, portanto, na construção do potencial militar real do Estado. O primeiro deles é a porcentagem do PIB destinada ao setor militar que, no caso da Rússia, como já apreciado, apresentou queda vertiginosa especialmente durante a Era Iéltsin, o que evidencia a falta de priorização do setor de segurança no planejamento nacional. O segundo fator é a qualidade e eficiência dos gastos militares, ou seja, a aplicação dos recursos deve ser direcionada segundo um planejamento que persiga os objetivos instituídos na doutrina militar nacional. Esse é outro fator falho na condução da política militar russa no período analisado, uma vez que o programa militar seguiu uma estruturação fragilizada, sem prospectos de modernização, manutenção ou capacitação visando à estabilidade do aparelho de segurança nacional.

O terceiro fator apresentado pelos autores, no entanto, destaca-se em importância na situação da Rússia, pois prevê a influência dos fatores imateriais na percepção da capacidade de segurança do país. Nessa perspectiva, toda a conjuntura de percepção e identidade do país como uma potência militar desempenha um papel de extrema importância na necessidade de investimento.

O estigma de poder russo contrabalanceou a relação entre “armas” e “manteiga”, permitindo aos governos concentrarem seus esforços nas políticas econômicas, sem que houvesse um prejuízo significativo para sua imagem internacional. É isso que permitiu, por exemplo, que a mudança de discurso quanto

à política de primeiro uso lograsse grande repercussão, à mercê das falhas nas missões militares executadas durante os governos em questão.

Essa vantagem é o que se propõe ser o verdadeiro legado soviético. A vantagem que dispõe a Rússia como herdeira da potência da Guerra Fria valoriza-se muito mais em seu aspecto imaterial que propriamente armamentício, fazendo com que o país destaque-se das demais nações percebidas como emergentes, reunindo, segundo a definição de PECEQUILO e CARMO (2010, p. 4), os países que estão transitando de uma posição periférica para uma de protagonismo econômico ou político no sistema internacional.

Uma perspectiva importante nesse sentido é a apresentada por McFarlane (2006, p. 43 apud PECEQUILO e CARMO, 2010, p.8):

[...] a Rússia obviamente não é uma potência emergente [...]. A noção de emergência sugere um Estado que está crescendo dinamicamente e atravessando uma transformação; um Estado cujo poder ascendente o leva a questionar seu lugar [...]. Esta imagem é muito distante da realidade russa. A Rússia é mais adequadamente percebida como um Estado que sofreu considerável desgaste e está tentando parar o sangramento.

Essas contradições são resultado, pois, da união de todo o legado bélico e militar, material e imaterial da Rússia ao terrível gerenciamento da sua condição de herdeira, perpetuado durante os períodos Gorbachev e Léltsin, cuja marca reside no fracasso econômico que se propagou nas demais esferas de influência do Estado. Desse modo, o mesmo país que possui poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas e grande relevância no prisma de segurança mundial, enquanto país nuclearizado, torna-se fragilizado em seus aspectos de administração doméstica. Rosefielde e Hedlund (2009, p. 73 apud PECEQUILO e CARMO, 2010, p. 18) resumem as consequências dessas transformações político-econômicas na expressão “catastroika”,

representativa de um cenário de hiperinflação, hiperdepressão, desestruturação produtiva, descapitalização, desemprego, corrupção, pobreza, degradação social e humana (crime, baixos salários, desemprego, alcoolismo, baixa taxa de natalidade, diminuição da expectativa de vida, desamparo, perda de capital qualificado), dilapidação do poder militar (mesmo nuclear) e desestruturação estatal. (PECEQUILO e CARMO, 2010, p. 18)

Todos esses fatores implicam na consideração da relativização da condição de potência da Rússia como herdada diretamente da União Soviética, uma vez que

experimentamos um novo momento na configuração do Sistema Internacional, onde os fatores militares não são mais protagonistas únicos na definição de influência e imposição do Estado. Entretanto, é impossível negar o poder impalpável da representação russa no cenário externo, que goza de um poder residual incorporado à sua própria identidade nacional assim como perpetuada e reificada na realidade construída através das relações entre os Estados.

A pergunta que se levanta, portanto, diante dessa controvérsia é “Como poderíamos classificar a posição da Rússia no Sistema Internacional?”

Pecequillo e Carmo (2010) também compreendem a subjetividade da posição russa como um empecilho na compreensão comparativa entre o país e outras nações, tidas como potências emergentes.

O conceito de emergente não esclarece a posição da Rússia, pois, por um lado a superestima ao colocá-la ao lado de economias com uma inserção mais diversificada e esconde sua dependência da exportação de petróleo e gás. Por outro lado, obscurece sua importância geopolítica na Eurásia. (PECEQUILO e CARMO, 2010, p. 28)

Construída a partir de diversos fatores, a condição de potência exercida pela Rússia, para alguns, é inabalável:

Pela sua condição natural, a Rússia é uma grande potência, cujo status continua inquestionável apesar da redução drástica de seu PIB nos anos 1990, o que deve ser reconhecido pelos proponentes da "turquização" da Rússia. É um país bicontinental gigantesco, cercado por seis regiões geoestratégicas importantes – Europa do Norte, Europa Central e do Leste, Balcãs, Oriente Médio, Ásia Central, Sul da Ásia e Extremo Oriente –, uma importante parte delas apresentando tendências de instabilidade política ou de confrontos étnicos e religiosos. A situação explosiva em cada uma dessas regiões precisa ser contrabalançada pela forte e equilibrada política externa russa, baseada nos interesses de segurança e de estabilidade interna. (ZHEBIT, 2003)

Outras classificações, como a de Novos Países Industrializados, podem traduzir de maneira mais clara a identificação entre a situação da Rússia, uma vez que levam em consideração os índices PIB, PIB per capita, desigualdade de renda e índice de desenvolvimento humano. O posicionamento da Rússia dentre tais países, como Brasil, China e Índia demonstra hoje uma afinidade comprovável, entretanto

não se confirmou pacífica entre os estudiosos.<sup>30</sup> Denominações como “potência média” e “grandes estados periféricos” também não prosperaram entre os acadêmicos. (GUIMARÃES, 1999 *apud* PECEQUILO e CARMO, 2010, p. 7).

Pensar as classes globais emergentes, mencionadas por Sassen (2007), enquanto revolucionárias da instituição de uma nova ordem de dominação, criando um desenvolvimento interno que igualaria os países para que tenham verdadeiramente uma imposição multilateral de mesmo peso no sistema internacional, põe em cheque a vantagem estratégica russa meramente pautada em seu histórico e valoração imaterial.

O nascimento dessas novas potências aconteceu a partir da transformação de sua conjuntura interna, através das mudanças a partir dos fatores conjunturais desses países, tais como as políticas de ajuda social e a elevação do poder aquisitivo da população levando à criação da nova classe média e sua importância no desenvolvimento da economia nesses lugares, um processo até então inexistente na Rússia. Assim como menciona Sassen (2007), sobre a importância da criação de novas classes profissionais transnacionais e a ascensão da nova classe média que fazem parte de “uma reestruturação econômica profunda”, que deve ser planejada em longo prazo como uma política que conjuga o bem-estar interno e a projeção internacional.

Diante dessa controvérsia, estipular uma classificação doutrinária para a posição da Rússia introduz uma interessante perspectiva de pensamento sobre a introdução do país no Sistema Internacional. Entretanto, a maior relevância paira sobre a compreensão das diferentes inserções da Rússia no ambiente internacional. Compreender sua estrutura política e socioeconômica permite-nos desenvolver uma análise proporcional de suas reais capacidades. Entretanto, perceber sua fixação através do gozo de um poderio imaterial não pode ser descartado como fator de influência no desenvolvimento da política russa.

O principal impacto, portanto, dessa segurança ontológica promovida pela identidade social estável da Rússia é a postergação das políticas necessárias para o

---

<sup>30</sup> Fonte: The N-11: More Than an Acronym. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20110719172009/http://www.chicagobooth.edu/alumni/clubs/pakistan/doc/snext11dream-march%20'07-goldmansachs.pdf>>.

enraizamento da projeção russa em indicadores de qualidade econômica, social, política e militar, e não tão somente em um “marketing pessoal” que se revelou no que Pecequilo e Carmo (2010, p. 15) denominam de superpotência com “pés de barro”.

O poder residual que garante ao país certa projeção regional e global é o mesmo atrás do qual se esconde como um gigante fragilizado e preso ao passado, que instrumentaliza recursos e conceitos como o de emergente para se reinserir no equilíbrio de poder mundial. (PECEQUILO e CARMO, 2010, p. 29)

É, pois, essa divergência de aproximações que vai promover uma nova abordagem da política externa da Rússia a partir do fim do governo de Léltsin. A mudança da conjuntura internacional forçará a Rússia a reestabelecer o equilíbrio entre suas capacidades internas e externas, à medida que a emparelhamos com potências emergentes que se constroem a partir do desenvolvimento econômico e industrial.

Apresentam-se, pois, as demandas de reestruturação econômica, repensando a política monetária e fiscal, com foco na promoção do bem-estar populacional, somente assim podendo promover margem estratégica para uma renovação do orçamento para inclusão da modernização militar, conjuntamente com novas diretrizes de segurança, que só vieram ser concretizadas sob a liderança de Vladimir Putin.

É possível perceber que durante os tempos e até hoje, a ideia de imposição do poder da Rússia é recorrente no imaginário popular.

Existe um revisionismo histórico oficial que visa exaltar a grandeza da Rússia ao longo do tempo e a promessa de retorno a um passado glorioso. Desfiles militares, a exposição do arsenal bélico do país são meios de ligar a Rússia fragilizada de hoje à imagem de poder associada à URSS e ao Império Czarista. (MCDERMOTT, 2009 *apud* PECEQUILO e CARMO, 2010, p. 29).

Entretanto, a busca pela concretização dessas expectativas é importante, para que se possa estabelecer um projeto de longo prazo que proporcionará ao país tanto a riqueza como o poder, trunfos na imposição e sobrevivência do Estado em uma ordem internacional não mais garantida na bipolaridade, mas que promove o ambiente anárquico e competitivo nos mais variados aspectos.

Desse modo, é importante pensar a segurança não somente a partir do viés psicológico de imposição ou da capacidade militar de atuação em potenciais conflitos, mas, em especial, é preciso vislumbrar o equilíbrio do sustento do país em sua projeção internacional, para que goze de segurança econômica, militar, humana e garanta sua força nas variadas nuances de ameaça que surgem na nova ordem internacional. O desafio, no entanto, demanda grande comoção, uma vez que

[...] conciliar a vocação natural russa resultante da situação geográfica, da responsabilidade estratégica e da riqueza natural com a necessidade de recuperação e prosperidade econômica e de liderança na integração regional, sem despertar suspeitas de neocomunismo e neoimperialismo e sem entrar em rivalidades induzidas e desnecessárias, seria a fórmula de consolidação da Rússia como grande potência regional. (ZHEBIT, 2003)

Apreende-se, então, que a importância do fator imaterial não interfere somente na perspectiva externa, mas também motiva as diferentes abordagens e prioridades governamentais na formulação política.

Assim, não se pode desprezar que durante as lideranças de Gorbachev e Léltsin foi iniciado o processo de mudança que inseriu a Rússia como economia de mercado na ordem mundial atual, devendo-se ao seu protagonismo os louros do fim da Guerra Fria, da tentativa de aproximação com o ocidente e do incentivo à abertura comercial. A priorização do setor econômico não foi, de todo, equivocada. Entretanto, sua execução falha atrasou por anos a virada econômica do país, que poderia ter gozado de maneira muito mais eficaz de sua qualidade de herdeira da potência mundial na Guerra Fria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho versou sobre as perspectivas do poderio russo em relação à sua sucessão da União Soviética, em especial analisando como ocorreu o gerenciamento desse legado nos governos Gorbachev e Léltsin. Através desse estudo foi possível delinear os diferentes tratamentos concernentes à posição e imposição russa no cenário internacional, no que diz respeito à sua condição de herdeira.

O impacto dessa transição, iniciada ainda durante a existência da União Soviética, foi relatado a partir do responsável pelo início do empreendimento da Rússia como economia de mercado. Gorbachev e suas políticas da Perestróica, Glasnost e “New Thinking” introduziram para o mundo uma nova nação que desejava alcançar o mesmo sucesso no desenvolvimento econômico como o que já tinham na seara de segurança.

O processo de centralização que discorreu durante a dissolução da potência soviética contribuiu ainda mais no fortalecimento do estigma russo de poderio militar, concentrando em suas mãos não somente todo o equipamento bélico colecionado pela União Soviética, mas também destacando o país como referência da segurança militarizada na região, uma vez que o movimento de desarmamento das demais repúblicas de origem soviética proporcionou a promoção de estabilidade regional, inclusive pela desnuclearização dos vizinhos russos.

Durante os anos seguintes, com o governo Léltsin, a Rússia experimenta uma liderança cercada de expectativas, motivadas pela militância do presidente nos últimos anos de URSS. A promessa liberalizante de Léltsin o fez apostar na promoção de uma Rússia nova e independente.

Entretanto, foi possível constatar, que esse contexto promissor de uma herdeira capacitada foi, aos poucos, arruinado pelas políticas imediatistas e a falta de planejamento estratégico durante esses dois governos. Gorbachev e Léltsin apostaram em uma abertura de mercado repentina, sem prévia estruturação e fortalecimento da economia interna, levando todos os setores da nação a decair.

Com o potencial bélico não foi diferente. A partir da política do “New Thinking” e da aproximação com o governo americano, Gorbachev não mediu esforços para a



promoção da aproximação com o Ocidente, o que se deu a partir de acordos militarmente desvantajosos para a força russa. Os aspectos políticos e econômicos refletiram diretamente no gerenciamento dos aspectos de segurança, que não priorizavam mais os interesses estatais. Uma série de cortes de gastos combinada com a falta de interesse na manutenção e modernização do arsenal e da doutrina de segurança conduziram boa parte do inventário soviético à ruína, além de promover episódios vexatórios de desmoralização de sua força militar.

Pode-se afirmar, pois, que as políticas econômicas de Gorbachev e Léltsin foram as responsáveis pelo declínio na capacidade estratégica da Rússia.

O que se percebeu, no entanto, é que apesar do aspecto material do poderio militar russo estar fragilizado, seu poder de imposição no Sistema Internacional permanece forte, senão intacto, expressado não somente pela importância do país no prisma de segurança mundial, como na sua posse de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e na possibilidade de manobra apresentada através do discurso, como exemplificado na mudança de atitude quanto ao primeiro uso de armamentos nucleares.

Tudo isso, entende-se, somente foi possível em razão do mais importante legado da União Soviética: sua valoração imaterial proclamada através de sua identidade de Estado. A criação dessa identidade que se promove a partir da imposição militar da União Soviética é passada em sucessão através da centralização desse poderio bélico nas mãos da Rússia, herdeira perfilhada desse poder. Afere-se, pois, que, se esses equipamentos permanecessem espalhados entre as ex-repúblicas soviéticas, essa identidade imaterial também seria fragmentada, e a Rússia não poderia gozar do privilégio dessa percepção como potência no Sistema Internacional.

Dessa forma, conclui-se que a validade desse poder imaterial ultrapassa a dimensão do legado bélico físico, mas está intrinsecamente conectada a ele. Sob o escudo dessa imagem internacional, a Rússia permaneceu durante quinze anos como um “gigante de pés de barro”, ou seja, uma imponente nação que não aproveitou todo o potencial de sua condição de herdeira, apenas escondendo seus fracassos governamentais atrás dos louros de sua predecessora.

## REFERÊNCIAS

AKHROMEEV, S. e KORNIENKO. **Pelos olhos de general e diplomata. Olhar crítico para a política externa da URSS antes e depois de 1985.** Moscou: Mezhdunarodnie Otnosheniya, 1992.

ANKA, Paul. **My way.** Los Angeles: Reprise, 1968.

BARNEY, Paul K. **What happened to Russia's nuclear weapons?** Montgomery: Maxwell Air Force Base University, 2005.

BUKHARIN, Nikolai. **The ABC of Communism.** \_\_\_\_\_: University of Michigan Press, 1988.

BUTENKO, Anatoli P. **O que ocorreu à Perestroika?** São Paulo: Seade, 1993.

CASELLA, Paulo Borba. **Sucessão de Estado ao direito cultural.** São Paulo: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2007.

CIA. **Changing Soviet Perceptions of World Politics and the USSR's International Role.** Langley: Central Intelligence Agency, 1975.

CIRINCIONE, Joseph. **Deadly arsenals: Nuclear, biological and chemical threats.** Washington: Carnegie, 2005.

DAMIÃO, Abraão Pustrelo. **Confiança e segurança ontológica na sociedade de risco.** Marília: Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP, 2011.

DICK, Charles. **The military doctrine of the Russian Federation.** \_\_\_\_\_: Conflict Studies Research Centre, 1993.

GALL, Carlotta e WALL, Thomas de. **Chechnya: Calamity in the caucasus.** New York: University Press, 1998.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: Outline of the theory of Structuration.** \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_, 1984.

GRACHEV, Andrei. **Gorbachev: O homem que queria o Melhor.** Moscou: Vagrius, 2001.

JOSEPHSON, Paul R. **Red atom: Russia's nuclear power program from Stalin to today.** Pittsburgh: \_\_\_\_\_, 2005.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy.** New York: Simon and Schuster, 1994.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics.** New York: Norton, 2001.

MILANOVIC, Branko. **Income, inequality and poverty during the transformation from planned to market economy.** Washington: The World Bank, 1998.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Corrente e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ODOM, William E. **The collapse of the Soviet Military**. New Haven: Yale University Press, 1998.

PECEQUILO, Cristina Soreanu e CARMO, Corival Alves. **O status da Rússia na política internacional: de superpotência a emergente?** Recife: 7º encontro da ABCP, 2010.

POTTER, William C. **The post-soviet states and the nuclear nonproliferation regime in the nuclear challenge in Russia and the new states of Eurasia**. Sharpe Inc: Amonk, 1995, p. 10-36.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. São Paulo: Artmed, 2007.

SCHILLING, Voltaire. **O mundo pós Guerra Fria**. \_\_\_\_\_: Educaterra, 2003.

SOKOV, Nicolai. **The new 2010 russian military doctrine: the nuclear angle**. \_\_\_\_\_: CNS Feature Stories, 2010.

TERRIFF, Terry; CROFT, Stuart; JAMES, Lucy e MORGAN, Patrick M. **Security studies today**. Cambridge: Polity, 1999.

WENDT, A. **Collective identity formation and the international state**. \_\_\_\_\_: American Political Science Review, 1994.

WOOLF, Amy F. **Nonproliferation and threat reduction assistance: U.S. programs in the former Soviet Union**. \_\_\_\_\_: Congressional Research Service, 2011.

ZALOGA, Steven J. **The Kremlin's nuclear sword: the rise and fall of Russia's strategic nuclear forces, 1945-2000**. Washington: Smithsonian Institution, 2002.

ZHEBIT, Alexander. **A Rússia na ordem mundial: com o ocidente, com o oriente ou um pólo autônomo em um mundo multipolar?** \_\_\_\_\_: Revista Brasileira de Política Internacional, 2003.